

Basta pensar, por exemplo, na importância que Gramsci atribui — na construção da democracia socialista — aos organismos de base, ao que (com Marx e Lênin) ele chama de "autogoverno das massas operárias". Isso o leva, em clara oposição às estreitas formulações de Bordiga, a negar que o Estado socialista possa ser concebido como uma ditadura de partido. Já se esboça nele, portanto, uma concepção pluralista da sociedade socialista, que vê a dominação dos trabalhadores como algo a ser exercido por uma pluralidade de organizações (conselhos, sindicatos, partidos).

do Prefácio de Carlos Nelson Coutinho

Bordiga defende o ponto de vista de que enquanto o poder político estiver nas mãos da burguesia, a classe operária só conseguirá definir seus interesses coletivos através de um Partido de Classe, acima das diferenças corporativas que atuam no meio operário, inclusive aglutinando descortos da burguesia. Para Bordiga, conselhos de fábrica e soviets só podem ser a forma e não a causa da revolução.

do Prefácio de Maurício Tragtenberg

CONCEITOS
DE FABRICA

ANTONIO
GRAMSCI
AMADEO
BORDIGA

brasiliense
B

brasiliense
B

ANTONIO GRAMSCI/AMADEO BORDIGA

CONSELHOS DE FABRICA

Introdução:

Alfonso Leonetti

Prefácios:

Carlos Nelson Coutinho

Maurício Tragtenberg

brasiliense


1981

Copyright © 1973 G. Savelli Editore s.r.l. — Roma.

Título original em italiano: *Dibattito sui Consigli di Fabbrica*

Tradução:

Marina Borges Svevo

Capa:

Roberto Strauss

Revisão:

José E. Andrade

Índice

Gramsci e os Conselhos de Fábrica	
<i>Carlos Nelson Coutinho</i>	7
Amadeo Bordiga. Conselho de Fábrica ou Partido de Classe?	
<i>Maurício Tragtenberg</i>	13
Introdução	
<i>Alfonso Leonetti</i>	23
Democracia Operária	33
O "Ordine Nuovo"	38
Sindicatos e Conselhos	39
O Sistema de Representação Comunista	45
Os Sindicatos e a Ditadura	49
Formamos os Sovietes?	56
Sindicalismo e Conselhos	61
Pela Constituição dos Conselhos Operários na Itália ..	66
O Conselho de Fábrica	91
Os Objetivos dos Comunistas	97
Sindicatos e Conselhos	100
Apêndice	
Controle de Classe	108
A Opinião dos Industriais sobre os Conselhos de Fábrica	114

brasiliense
B

editora brasiliense s.a.

01042 — rua barão de Itaperitanga, 93

são paulo — brasil

Gramsci e os Conselhos de Fábrica

Carlos Nelson Coutinho

Quando, em abril de 1919, Gramsci começa a editar em Turim — juntamente com Angelo Tasso, Palmiro Togliatti e Umberto Terracini — o semanário *L'Ordine Nuovo*, ele já tem um passado relativamente longo de atividade teórica e política. Desde 1914, milita nas fileiras do Partido Socialista Italiano (PSI), em cujo seio defende uma posição original: combate tanto o rebouguismo político da corrente reformista (particularmente forte entre o grupo parlamentar e as direções sindicais), quanto a formulação fatalista e mecanicista do marxismo que está na base do verbalismo revolucionário inconsequente da corrente maximalista.¹ Sua concepção antieconomicista do marxismo, fortemente marcada na época por motivos idealistas e voluntaristas, predispõe Gramsci a saudar com entusiasmo a Revolução Soviética, na qual vê uma clara manifestação de que a vontade humana coletiva — e não as "leis objetivas", entendidas de modo mecanicista — é a verdadeira força motriz da história.

L'Ordine Nuovo insere-se na tentativa gramsciana de superar os falsos pólos do reformismo e do maximalismo, abrin-

¹ Para um exame mais detalhado da evolução de Gramsci, inclusive no período de *L'Ordine Nuovo*, cf. C. N. Coutinho, Gramsci, Porto Alegre, 1981.

do um novo espaço no movimento operário italiano. Embora o semanário continue a expressar as antigas preocupações "culturalistas" de Gramsci (que sempre viu na revolução cultural um momento decisivo do processo de transformação social) pode-se ver que — já a partir de seu n.º 7, de setembro de 1919 — uma outra preocupação mais concreta irá assumir um papel dominante: Gramsci, contra Tasca e apoiado por Togliatti e Terracini, formula a explicita proposta de passar da batalha das ideias para a ação política concreta. Avaliando a situação italiana da época como uma situação revolucionária, Gramsci se propõe a "fazer como na Rússia": ou seja, a elaborar a teoria e a prática da revolução soviética (ou conselheirista) na Itália.²

Toda a teorização dos "conselhos de fábrica", a que L'Ordine Nuovo irá então se dedicar, baseia-se nessa proposta revolucionária mais geral. Revelando já ter assimilado um elemento básico do leninismo (a compreensão do método marxista como instrumento de análise concreta da situação concreta), Gramsci se coloca um objetivo prioritário: examinar a realidade italiana para ver se já existem nela, ainda que em germe, os fundamentos de uma organização operária que seja análoga aos soviets russos, que possa servir de ponto de partida e de suporte para a criação na Itália de uma democracia operária, de um Estado socialista. Ele creu descobrir esse "germe" nas Comissões Internas de fábrica, que já vinham se constituindo desde 1906 na Itália, sobretudo em Turim. As Comissões tinham a finalidade de defender os interesses e os direitos dos trabalhadores (a participação nos prêmios de produção, as condições adequadas de trabalho, etc.) no interior da própria fábrica. Embora fruto da auto-organização operária, de um movimento que tinha seu ponto de partida numa iniciativa de base, as Comissões

Internas apresentavam ainda — segundo Gramsci — alguns limites, que deveriam ser superados se se queria que elas perdessem a condição de "germes" e se tornassem efetivamente a forma primordial da nova democracia operária.

Gramsci, então, propõe medidas concretas para operar essa passagem. Antes de mais nada, a Comissão Interna deve se tornar um organismo representativo de todos os que trabalham numa fábrica, incluindo técnicos e engenheiros; além disso, todos os seus membros devem poder votar e ser votados, independentemente de serem ou não filiados aos sindicatos de categoria. (Até então, somente os sindicalizados tinham direito de voto, o que limitava a ação das Comissões, transformando-as numa espécie de "correia de transmissão" da direção sindical em cada fábrica singular.) Gramsci propõe ainda que a Comissão se organize por equipes, articulando num todo único, mas diferenciado, os vários grupos profissionais e as várias qualificações técnicas existentes no interior do pessoal de uma empresa fabril. Gramsci supõe que isso não apenas ampliará o caráter democrático da Comissão, tornando-a expressão do "trabalhador coletivo" (e não apenas da soma amorfa de grupos corporativos), mas superará também esse "trabalhador coletivo" pela organização e controle e dirigir a totalidade do processo produtivo fabril. Com tais alterações em seu funcionamento, a Comissão Interna "germinária", convertendo-se em Conselho de fábrica.

Essas mudanças na forma implicam e provocam uma importante mudança de função: os Conselhos não são mais concebidos como instrumentos de defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores diante dos interesses do capitalista industrial, mas sim como o meio de elevar o operário de sua condição de assalariado à nova condição de produtor. E aqui reside a diferença básica entre o sindicato e o con-

² Cf., mais adiante, neste volume, o artigo "Democracia Operária", escrito por Gramsci e Togliatti.

selho.¹ O sindicato de categoria é a organização adequada à situação do trabalhador enquanto assalariado; é o meio através do qual os operários negociam, ao se unirem, melhores preços para a mercadoria que possuem, sua força de trabalho, mas um meio que não pode e não pretende pôr em discussão a própria relação salarial e mercantil em que se funda a exploração capitalista. Os conselhos, ao contrário, são o organismo através do qual o operário pode se elevar à condição de produtor, superando sua condição de mercadoria e sua conseqüente subordinação ao capital, na medida em que assume em sua próprias mãos o controle do processo produtivo. E mais: já que a dominação do proletariado tem seu pressuposto básico na fábrica, ou seja, nesse controle do processo produtivo, os conselhos são igualmente a base para a construção do novo Estado socialista, que Gramsci concebe como o resultado da articulação dos vários conselhos singulares num Conselho Executivo Central.

Embora tenham recebido um consistente apoio das bases operárias de Turim (em outubro de 1919, cerca de 50 000 operários já estavam organizados em conselhos nos moldes sugeridos por L'Ordine Nuovo), as propostas de Gramsci e de seus amigos foram duramente criticadas tanto pelas direções sindicais reformistas (que viam ameaçado o seu monopólio da representação operária) quanto pelo próprio PSI (que encarava com desconfiança a formação de institutos democráticos de base, que não estavam organizativamente submetidos a seu controle direto). Em setembro de 1920, depois de um lock-out patronal decretado em repulsão ao fortalecimento do movimento conselhista, os operários — através dos Conselhos recém-organizados — ocuparam as principais fábricas de Turim e garantiram o nível normal da produção delas (revelando assim a inutilidade

¹ Cf. mais adiante, os artigos de Gramsci intitulados "Sindicatos e Conselhos" e "Socialismo e Conselhos".

técnico-econômica dos patrões). Mas, apesar disso, o movimento de ocupação — abandonado pelas direções nacionais do PSI e dos sindicatos e, desse modo, circunscrito a Turim — acabou derrotado.

Essa derrota não resulta apenas da oposição do PSI e dos sindicatos, mas também de algumas formulações problemáticas e mesmo equivocadas contidas no próprio projeto ordinovista. Ao conceber a fábrica como o "território nacional" da classe operária, Gramsci incide de certo modo num erro corporativista: não vê que a dominação e a direção políticas da classe operária — sem as quais não pode se constituir um Estado socialista — não se esgotam no controle imediato da produção material, mas implicam também uma ação hegemônica sobre o conjunto dos mecanismos (político, social, culturais) que asseguram a reprodução da vida social global e, inclusive, a reprodução das próprias relações de produção. Gramsci parece supor que o controle das forças produtivas dispensa, ou assegura de modo imediato, o domínio sobre o conjunto das relações sociais e, em particular, a posse do poder político. Esse limite básico irá determinar um novo ponto problemático na proposta gramsciana da época de L'Ordine Nuovo: a subestimação do papel agregador e unificador do partido político, do partido de vanguarda da classe operária, enquanto momento privilegiado da síntese política que permite a conquista da hegemonia naquele território mais amplo, que transcende a fábrica (a esfera da produção), e que é formado precisamente pela articulação do que Gramsci chamará mais tarde de "sociedade política + partido revolucionário" (a esfera da reprodução social global).

Essas questões problemáticas da posição de Gramsci em 1919-1920, contudo, não anulam os seus elementos altamente positivos, que aliás podem e devem ser integrados

² Cf. o Programa do "Ordine Nuovo", in L'Ordine Nuovo 1919-1920, pp. 11-12.

em sua concepção mais madura da época do cárcere. Basta pensar, por exemplo, na importância que Gramsci atribui — na construção da democracia socialista — aos organismos de base, ao que (com Marx e Lênin) ele chama de "autogoverno das massas operárias". Isso o leva, em clara oposição às estreitas formulações de Bordiga, a negar que o Estado socialista possa ser concebido como uma ditadura de partido. Já se esboça nele, portanto, uma concepção pluralista da sociedade socialista, que vê a dominação dos trabalhadores como algo a ser exercido por uma pluralidade de organizações (conselhos, sindicatos, partidos).⁵ Além do mais, logo após o fracasso prático do movimento dos conselhos, Gramsci inicia um processo autocrítico (sem jamais renunciar, porém, aos elementos positivos da sua reflexão nessa época): é assim que, já nos últimos números do L'Ordine Nuovo semanal, em finais de 1920, emerge claramente a centralidade da questão do partido, a necessidade de construir um novo tipo de partido operário. Em janeiro de 1921, Gramsci e seus amigos de L'Ordine Nuovo estarão entre os fundadores do Partido Comunista Italiano. Inicia-se uma nova fase da trajetória política de Gramsci. Mas, ao assimilar a teoria do partido, Gramsci não abandona as preocupações democrática da época anterior: e talvez resida aqui uma das principais razões da profunda originalidade da sua síntese teórica da maturidade.

Amadeo Bordiga. Conselho de Fábrica ou Partido de Classe?

Maurício Tragtenberg

A 1.ª Guerra Mundial e a revolução russa inauguraram uma nova fase do mundo moderno: a fase das guerras e das revoluções. Sob influxo da revolução — russa, alemã — e do movimento operário italiano, surgem Gramsci, Lukács, Karl Korsch, cheios de entusiasmo revolucionário, vendo na tomada do poder por Lênin o assalto aos céus e na revolução alemã o início da revolução em escala internacional. Entre 1917 e 1921, na Europa, desenvolve-se a luta de classes, baseada a uma redefinição da social-democracia: a ala direita surge para apoiar o capitalismo na sua tentativa de sobrevivência e para isso, através de Noske na Alemanha, nega a revolução socialista. No mesmo sentido trabalha a social-democracia austríaca preocupada com a criação de condições de fábrica num espírito de conciliação de classe, fora e dentro da luta de classe. Para os líderes da ala direita da social-democracia alemã e para a ala reformista do movimento italiano (Turati, Bisolatti) a história é a realidade de uma luta que eles conhecem: quando as contradições sociais amadurecem, a hora da burguesia souu. O termo-motivo está na temperatura social será para os reformistas a participação do parlamento, para isso eles recolhem citações

⁵ Cf., por exemplo, os artigos "Il Problema del Potere" e "Il Partito e la Rivoluzione", incluídos in *L'Ordine Nuovo*, etc., pp. 56-60 e 67-71.

isoladas de Engels em seu apoio, como a "Introdução" de Engels à obra de Marx "A luta de classes na França", onde ele aponta como tarefa essencial da social-democracia alemã continuar o lento trabalho de propaganda e ação parlamentar, até desdobrar os limites impostos pela burguesia. Sem dúvida alguma após as revoluções de 1848 a burguesia europeia organiza o espaço cidadão conforme seus interesses, o desenho das ruas beneficiava mais as tropas que os civis, a tática passiva das barricadas chegara ao fim com as revoluções de 1848, daí a necessidade de compensar essa correlação de forças na área militar, favorável à burguesia, com outros elementos. Engels, por certo, pensava em desenvolver um trabalho de profundidade onde os militantes por sua força numérica conseguissem superar a supremacia militar da burguesia que, na quantidade dos membros que a ela se opõe, encontra seu maior obstáculo. Em suma, o que Engels definiu era a importância de preparar as condições de enfrentamento com a burguesia no sentido mais favorável ao proletariado. Sem dúvida ao definir dessa maneira as tarefas da classe operária Engels deixava em aberto: as relações classe e partido, as relações comitês de fábrica e partido sob o capitalismo, e a forma que tomariam na transição ao socialismo. O adiantamento das vitórias "definitivas" pela via partemutar da social democracia, o debate entre o gradualismo de Bernstein e seu crítico Kaustsky, o impacto da revolução russa e do marco-sindicalismo, levou a um desprezo quase universal aos partidos que compunham a II Internacional. Assim, termos como "anti-reformismo", "audácia", "juventude" e "revolução" aparecem no sindicalismo revolucionário influenciado por Sorel, no extremismo esquerdista de 1.º Mussolini e nas propostas futuristas em combater "a anarquia" capitalista da época, com uma fraseologia repleta que encobria sua adesão à direita, precisamente ao fascismo. A emergência da revolução russa propiciava o surgimento do leninismo como não só uma das muitas interpretações de Marx, também, como a única interpretação autorizada, além de um sólido conceito de organização e de Partido.

Diferentemente de Lênin, Rosa Luxemburgo, Karl Korsch representantes do "comunismo de conselhos", surgem como uma opção de esquerda ao reformismo da social-democracia, porém perde de vista o problema da reconstrução global da economia capitalista e o tema do Poder, fundamental, para iniciar o debate acerca da construção do socialismo ou da superação do capitalismo.

Daí que conceitos como "racionalização" e "socialização" fizessem parte do discurso conservador, no âmbito da Alemanha através de Rathenau, fundador da AEG-Telefunken e ministro das relações exteriores da República de Weimar, assassinado pelos nazistas. Na Itália, Orlando e Salandra, políticos conservadores, apresentavam publicamente a guerra como se fora uma revolução. Razão pela qual a emergência dos primeiros Conselhos de Fábrica na Europa Ocidental entre 1919 e 1921 apresentavam-se como a materialização da vontade e da subjetividade sobre a análise das formações sociais concretas, ponto de partida para aplicação de um programa revolucionário definido. Dessa forma, tão próximo é o marxismo "ativista" de uma Radek, quando se recorta de Gramsci apresentando os "comitês de fábrica" como uma revolução contra o "capital", querendo com isso chamar a atenção da ação, da vontade, sobre a análise das formações sócio-econômicas concretas.

A polêmica Bordiga-Gramsci, como as críticas do jovem Korsch ao movimento dos "Conselhos de Fábrica" de Turim e as críticas de Karl Korsch contra Gramsci, abordam os pontos de vista sobre as relações conselhos/sindicatos, conselho/Partido, conselhos do proletariado ou ainda Soviete/Partido da Ditadura. Dividido o debate no movimento internacional entre o luxemburguismo e o leninismo, o movimento de conselhos ou a hegemonia do Partido, o movimento a tendência a enfatizar a hegemonia da Ditadura, a tendência a enfatizar a hegemonia do Partido. Nesse sentido a tendência a enfatizar a hegemonia da Ditadura ou a tendência a enfatizar a hegemonia do Partido, não se deu o refluxo revolucionário que se deu no período onde se deu o refluxo revolucionário de 1919 e 1921, com Bordiga afastado da militância e Gramsci em movimento, Lukács refugiado na sua

estética após suas autocriticas. Korsch sem maior penetração do que em reduzido círculo de iniciados.

Os sovietes, conselhos de fábrica ou comitês de empresa — tema central do debate Gramsci-Bordiga — surgiram como resposta a uma situação de crise do sistema capitalista e como forma primária de organização da classe operária num período em que os sindicatos ou estruturas burocratizadas e reproduziam o capitalismo ou simplesmente estavam proibidos de atuar pela força coercitiva do Estado burguês.

Os sovietes são inerentes ao processo das revoluções russa de 1905 e 1917 e os "conselhos de fábrica" se dão após 18 no Ocidente como formas de democracia direta, revogabilidade da representação, superação do corporativismo sindical, afirmação da fábrica como centro privilegiado da luta operária e ao mesmo tempo, como viabilizadores da gestão operária da produção na fábrica, prescindindo dos capitalistas.

Enquanto os componentes de L'Ordine Nuovo apresentavam os comitês de fábrica como alternativa ante os sindicatos, os kautskistas apresentavam os sindicatos como núcleo privilegiado da ação operária aos quais as comissões de fábricas deveriam subordinar-se.

Isso levou na Alemanha ao enfrentamento conselhos de fábrica x sindicatos, já nos fins de 1920, no Congresso Nacional de Conselhos de Fábrica, onde estes se subordinavam a nível local e nacional aos sindicatos que estavam nas mãos da maioria reformista, constituindo-se assim os conselhos de fábrica em "base" da estrutura sindical. Com isso queria-se evitar o paralelismo organizatório: conselhos de fábrica de um lado e sindicato de outro. Isso levou os defensores dos conselhos de fábrica como órgãos de controle e direção do movimento operário a desenvolverem uma estratégia de minoria institucionalizada e a dificuldade de fazer a luta em várias áreas ao mesmo tempo levou-os a uma estratégia "ultra-esquerdista" e a seu completo desgaste.

Enquanto isso, na Itália os conselhos tomaram a guarda das lutas entre os fins de 1919 e 1920; embora

atrasassem a maioria da seção socialista de Turim e de elementos anarquistas, ficaram isolados do resto do país, sem meios de defesa ante o ataque desencadeado contra eles pela burguesia italiana a partir de 1920.

Toda a polémica Bordiga-Gramsci radica no fato de fundamentar Bordiga sua crítica aos "Conselhos" na Itália na teoria e prática leninistas, vitoriosa em Outubro de 1917. Por isso Bordiga ante seus críticos, em artigo publicado no soviete a 15/6/1919, afirmava ser necessário no debate sobre conselhos de fábrica/partido/ditadura do proletariado a observação de uma preliminar: a conquista do poder político pela classe trabalhadora, incompatível com a manutenção das instituições burguesas, onde a transformação da economia capitalista funda-se num elemento central: a revolução política, para cuja finalidade qualquer trabalho com os massas deve ser encaminhado.

Respondendo a Ordine Nuovo de Turim, que formulava um pedido de explicações acerca das eleições para os comitês locais independentemente de categoria profissional dos eleitores, divididos por circunscrições urbanas e rurais, Bordiga definiu que o sistema de conselhos (sovietes) funciona como representação política da classe operária, excluindo do âmbito de voto quem não for assalariado. Porém, Bordiga afirmou que há uma profunda confusão entre "soviete" e sindicato de categoria profissional. Enquanto o sindicato tem como função a defesa dos interesses econômicos do trabalhador como componente de uma classe social que luta contra o poder político e social, na medida em que os interesses globais dos trabalhadores são comuns a toda a classe profissional, o soviete é o espaço que o proletariado ocupa como componente de uma classe social que luta contra o poder político e social, na medida em que os interesses globais das categorias profissionais são comuns a toda a classe operária, base da rede de "sovietes", está no fato de que a conquista das instituições globais da classe operária é o objetivo político que exercem. Bordiga explica que os conselhos de fábrica são órgãos de controle e direção do movimento operário a desenvolverem uma estratégia de minoria institucionalizada e a dificuldade de fazer a luta em várias áreas ao mesmo tempo levou-os a uma estratégia "ultra-esquerdista" e a seu completo desgaste.

Enquanto isso, na Itália os conselhos tomaram a guarda das lutas entre os fins de 1919 e 1920; embora

ma é o *Comitê Central Executivo* que nomeia os *Comissários do Povo*, com base numa estrutura de órgãos econômicos fundados em comissões de fábrica, sindicatos profissionais. Porém, acentua Bordiga a importância do partido de classe na direção da luta contra o poder burguês. Daí explicar que, assumindo a noção do partido de classe como instrumento básico da mudança social ou de sua conquista do poder político como essencial, é necessário abandonar as eleições de representantes nos organismos da democracia burguesa, como, por exemplo, nas "Comissões de Fábrica" onde há predominância reformista e que se constituem em núcleos de conexão de classe, e o Parlamento, que para Bordiga tem por função "desviar" o proletariado da luta de classes, envolvendo-o nas quimeras do jogo parlamentar. Para Bordiga, o verdadeiro instrumento de luta do proletariado encaminhado à conquista do poder político é o partido de classe. Enquanto existir o Estado burguês, os "conselhos de operários" ou "comitês de fábrica" só podem ser órgãos onde trabalha o Partido de Classe e nada mais do que isso. Daí qualificar de erro grosseiro falar em "conselhos" como órgão de libertação do proletariado sem mencionar o papel do Partido. Daí criticar os adeptos de Ordine Nuovo quando apresentam os comitês de fábrica antes da queda da burguesia como órgãos de luta política do operariado e prefiguração do comunismo. A isso chama Bordiga adesão ao "gradualismo socialista". Resumia: as teses reformistas da *II Internacional*, desmentidas pela eclosão da guerra de 1914, da revolução russa e da repressão burguesa no pós-guerra na Alemanha, Itália, França, Áustria. Segundo Bordiga, tal ponto de vista produziria esta marcada pela ilusão de que a classe operária pode lutar-se ganhando espaço nas relações econômicas, quando o capitalismo mediante o Estado detém o Poder Político em suas mãos. Da mesma maneira crítica o conceito de controle operário da produção — que para ele só tem sentido no Estado burguês, o controle operário não controlando a produção ficando limitado a funções resultantes da prática reformista

parlamentar ou da ação sindical de resistência, e tudo isso no âmbito da prática reformista da social-democracia tradicional.

Para Bordiga, a procura da discriminação do exato papel dos "conselhos", numa estrutura onde a burguesia está no poder, significa colocar os carros adiante dos bois, cair nas ilusões reformistas e sindicalistas; sendo que para ele a política sindicalista e reformista não significam somente "deformações" da ação operária, mas o espaço em que a hegemonia da burguesia atua sobre o movimento dos trabalhadores. Quanto se supervaloriza o papel dos "sovietes", como ocorre com Ordine Nuovo e Enrico Leone, está havendo a supervalorização de uma forma no lugar de colocar a força numa força. Acentua Bordiga que da mesma maneira que o sindicalismo fora integrado pelo capitalismo, assim também os conselhos operários social-democratas contra-revolucionários foram o proletariado na Alemanha e França entre 1920/24. Assim somente o partido de classe pode concentrar a energia e a dinâmica revolucionária de uma classe para argumentar e ele que não há organizações revolucionárias em virtude de sua forma (conselhos, comitês de fábrica), mas sim há forças sociais revolucionárias que atuam na direção em que atuam; elas configuraram-se num partido de classe e num programa. Contrariamente a Ordine Nuovo que apresenta as comissões de fábrica como novos organismos de luta política, Bordiga defende que a prática revolucionária é a concepção segundo a qual deva haver uma luta social entre a classe operária e as diversas forças da burguesia e o processo técnico-produtivo. Mostrando a importância da conquista do capitalismo ao socialismo os reformistas procuram por mudanças contínuas, onde interesses operários e burgueses entram em choque com os interesses gerais da sociedade, daí a importância de uma representação política que seja capaz de controlar a produção e a distribuição de bens e interesses numa mudança

Por isso Bordiga defende o ponto de vista de que enquanto o poder político estiver nas mãos da burguesia a classe operária só conseguirá definir seus interesses coletivos através de um Partido de Classe, acima das divergências corporativas que atuam no meio operário, inclusive aglutinando desertores da burguesia. Para Bordiga, conselhos de fábrica e sovietes só podem ser a forma e não a causa da revolução. Após a revolução, sem dúvida que "Conselhos de Fábrica" e Sindicatos estarão competindo pela representatividade da classe operária, porém o que importa assinalar segundo ele é que a revolução socialista será dirigida por um partido de classe, que, após tomar o poder, se articula com os "conselhos" (sovietes) eleitos pelas massas na base de um programa geral e político e não enquanto representação limitada de uma empresa ou categoria profissional. É sempre o Partido de Classe que pede aos eleitores e deles obtém o mandato para o exercício do poder. Sob regime capitalista nem o conselho de fábrica nem o sindicato de ofício são instrumentos viáveis para conquista do poder pela classe operária. A tendência reformista tradicional à arbitragem obrigatória participação dos operários nos lucros da empresa, intervenção destes na direção e administração da fábrica, pode encontrar nos "Conselhos de Fábrica" elementos para elaboração de uma lei contra-revolucionária. Daí, segundo Bordiga, se profundamente insensato falar-se em "controle operário" enquanto o poder político está nas mãos da burguesia. Observa Bordiga como na Europa Central coexistem "Conselhos de Fábrica" e o Estado burguês, como na Áustria os "Conselhos" paralisaram-se, deixando o poder político nas mãos da Assembleia Nacional, onde a burguesia é hegemônica. Na Alemanha, quando os "Conselhos" transformaram-se em algo revolucionário, foram esmagados pela direita da social-democracia. O problema fundamental da revolução para Bordiga é a formação do Partido de Classe, sua tomada do poder com o apoio do proletariado, e podem existir "conselhos", "comitês de fábrica", sem que o problema da revolução esteja resolvido a favor do

riado, finaliza Bordiga sua argumentação contra os partidários do Ordine Nuovo. O maior perigo vê Bordiga na imaturidade do Partido de Classe, que permitirá que os "conselhos" caiam nas mãos dos reformistas e agentes da burguesia, daí ver ele na Itália da época maior urgência na formação do Partido de Classe do que na criação de Sovietes.

Na ilusão "conselheirista" ou de "comitês de fábrica" vê Bordiga a reprodução da ilusão sindicalista: os primeiros são vistos como precursores da sociedade "futura", como os sindicatos o são. Ocorre que os primeiros não têm a universalidade que possui o Partido de Classe para atuar em nome da classe e não a favor de grupos corporativos, os últimos, os sindicatos, rapidamente converteram-se em defensores do status quo capitalista onde rigora uma divisão de trabalho em termos: o capitalista cuida das máquinas e os sindicatos cuidam da mão-de-obra para melhor reprodução do produto, daí a sua insistência em que somente a formação do Partido de Classe se constitui numa tarefa válida tendo em vista a complexidade social, acrescentando ele, ao referir-se aos sindicatos reformistas da II Internacional, que degeneraram em grupos partidários e sim por serem reformistas.

A constituição do "controle operário" na empresa, dos "conselhos de fábrica" sem equacionar a tomada do poder pelo proletariado, pela significar a vitória da contra-revolução, não se diferencia a sensação do fascismo com Mussolini, a formação dos sindicatos das ocupações de Turim, a formação do Partido de Classe com a consolidação do Estado proletário, sobretudo enquanto em virtude da II Guerra

Introdução

Alfonso Leonetti

"Eu não expulsa a natureza pela porta, ela volta pela janela" . . . "Essa verdade tão simples", em julho de 1917, Lenin lembrou aos socialistas revolucionários e aos mencheviques que se opunham "à transmissão de todo o poder ao Partido para as mãos dos Sovietes"¹

É claro que Lenin absolutamente não pretendia com esta afirmação da revolução — obra dos homens — com o partido revolucionário. Sua intenção era somente dizer que, com o advento de certas condições históricas, pode-se delatar a liderança que se impõem. E em 1917 a conclusão que se impôs era que a revolução poderia para os Sovietes, que era a revolução organizada pela maioria esmagadora da população trabalhadora dos operários, camponeses e soldados.

A revolução não o grande ideário do século XX, que a revolução de 1917 deveria preparar para o mundo.

A revolução em 1917 já tinha nascido em 1905, durante a revolução russa. Mas, vencido, ficou sepultado a revolução. A revolução russa, Beria vencer e venceu em 1929, a revolução russa. Beria vencer e venceu em 1934, a revolução russa. Beria vencer e venceu em 1937, a revolução russa. Beria vencer e venceu em 1945, a revolução russa. Beria vencer e venceu em 1949, a revolução russa. Beria vencer e venceu em 1956, a revolução russa. Beria vencer e venceu em 1967, a revolução russa.

Mas a história, como sabemos, não é um caminho reto pelo qual se avança de triunfo em triunfo. Infelizmente é um longo suceder de batalhas, com sucessos recíprocos. Aos trancos e barrancos o proletariado, porém, vai sempre em frente, rumo à sua meta: ele é a classe ascendente da nossa época.

Não causa admiração, portanto, que depois de um longo eclipse, estejam hoje pouco a pouco sendo redescobertos em todos os lugares os Conselhos Operários, isto é, os Sovietes.

Expulsa pela porta, a natureza realmente volta pela janela: a natureza, ou seja, a democracia proletária.

Em qualquer lugar onde vivam trabalhadores, vai crescendo o interesse pela temática "de conselho" e pelos estudos que a ela se referem, velhos e recentes: desde os de Lênin e de Daniel De Leon, aos de Korsch, aos de Gramsci e de Bordiga, dos últimos dos quais esta coleção nos oferece uma útil comparação.

O que é, portanto, a ideia do Soviete? Ela "é mais simples de quanto se possa imaginar", diz Carlo Rada. "Na fábrica, os escravos do capital produzem. A fábrica por mil vínculos, está unida às outras fábricas, à toda a vida econômica do lugar... Por isso a representação da fábrica é a célula política e econômica de todo o movimento do Estado. Os representantes do proletariado de um lugar são, dentro dele, órgãos do poder político, e órgãos diretos da economia...".

As raízes do poder proletário penetram na "representação da fábrica": os Conselhos Operários, eleitos no local do trabalho. O novo caráter da democracia proletária, socialista, é representado justamente por esse seu nascimento em lugares de produção, como democracia dos produtores. Isso não é uma criação artificial. É o caminho histórico, necessário, obrigatório, para criar a sociedade comunista, sociedade, como diz Marx, em que "emancipado o trabalho

cada homem tornasse trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser a prerrogativa de uma classe".³

Diante do "Estado dos cidadãos", criação da burguesia, inventa-se o "Estado do trabalho", ou, como diz ainda Marx, "o governo livre dos produtores", que é a criação da massa proletária. A "cidade", organizada para o poder burguês, é substituída por um novo "território", uma nova "unidade": o lugar do trabalho, a fábrica, o campo.

Nos famosas Teses sobre a democracia burguesa e a indústria proletária (I Congresso da IC, março de 1919), Gramsci diz:

"A velha democracia, isto é, a democracia burguesa e parlamentarismo, era organizada de tal maneira que as fábricas e os trabalhadores eram mantidas sempre mais afastadas da organização governamental. O poder dos Sovietes, ou seja, a democracia do proletariado, ao contrário, pela sua própria natureza, é o meio mais apto para aproximar as massas trabalhadoras de sua máquina. A mesma finalidade tende a ser alcançada pelo poder Legislativo e Executivo na organização dos Estados, como também a substituição de unidade administrativa em fábricas, oficinas, etc. — tende às circunstâncias de uma democracia socialista" (grifo nosso).

Em seu relatório ao Congresso da Internacional Comunista, em 1920, Gramsci diz ainda: "Era preciso encontrar a forma adequada ao proletariado exercer o seu domínio. O programa dos Sovietes com a ditadura do proletariado, isto é, a forma dos Conselhos Operários, era grego" para Gramsci, porque no sistema dos Sovietes, este "grego" encontra na linguagem moderna; a forma prática da democracia socialista é encontrada pelas massas populares, isto é, a grande massa dos operários, trabalhadores e camponeses na Rússia, nos Espartaquistas, nos trabalhadores ingleses dos outros países, nos trabalhadores alemães, nos trabalhadores da Inglaterra".

³ "A Idéia do Soviete", no *Ordine Nuovo*, 1919, n.º 31, p. 240. Recentemente em: *Il centro operaio*, "La Nuova Sinistra", Sanonh e Savelli, 1971.

E na Itália? Também em nosso país, o problema dos Sovietes — o problema de encontrar "a forma prática que permitisse ao proletariado exercer o seu domínio" — tornou-se, logo depois da guerra, o assunto mais discutido das reuniões operárias e da imprensa socialista. Os trabalhadores das oficinas e dos campos tinham-no compreendido sozinhos, escrevendo a palavra "Soviete" sobre todos os muros da Itália. Para eles, era uma questão prática. Mas nas esferas dirigentes e na imprensa socialista não havia mais do que confusão. Para Filippo Turati, líder da alta reformista, o Soviete era simplesmente a "Orda", o contrário da "Urbe". Para a maioria dos chefes maximalistas, que também aceitavam a ideia do Soviete, tudo consistia em compilar projetos, estatutos, planos, nos quais cada coisa era exatamente proletária, a não ser a realidade em que a classe que produz e se deve libertar se moria: o lugar do trabalho. Mas alguns — sobretudo entre os jovens — começaram a se perguntar se também na Itália, não existiria uma tradição "sovietista" no movimento operário. Sim; este filão revolucionário também existia na classe operária italiana.

A propósito, por exemplo, freqüentemente foi lembrado e citado um artigo publicado por mim mesmo, no dia 9 de março de 1919, com o título: "All'alba dell'Ordine Nuovo",* no Avanguardia de Roma, órgão da Federazione Socialista Juvenil. Não podemos deixar de considerá-lo como um texto significativo, se tomado como um dos tantos documentos a respeito da formação e da maturação das ideias "sovietistas" na Itália. Naquela artigo, justamente, as "missões Internas" já são trazidas à luz, como embriões do Soviete. Nele discute-se a formação dos novos órgãos representativos de fábrica, com a participação de todos os trabalhadores, organizados e não organizados.

O mesmo assunto será retomado e desenvolvido por mim no Avanti! de Turim de 3 de julho de 1919, com o

propósito de passar das "enunciações teóricas" à organização prática e imediata de um "convênio das Comissões Internas", com a finalidade de procurar e de dar aos novos problemas de poder operário nas fábricas uma solução concreta. São os temas que, nos meses subsequentes, serão a base do debate ao redor dos Conselhos de Fábrica no movimento proletário italiano e italiano. Deles o Ordine Nuovo — surgido em 1.º de maio de 1919 — será o principal órgão, e Antonio Gramsci será o teórico mais penetrante e mais ouvido.

Na sua origem o Ordine Nuovo, na opinião do próprio Gramsci, não foi mais do que "uma antologia... um organismo, o produto de um intelectualismo mediocre", nascido muito tarde, descoberta a ideia dos Conselhos de Fábrica, e Ordine Nuovo tornar-se-á a revista que sabemos. Tal mudança é assinalada pelo artigo de Gramsci: "L'importanza dell'operaia", com que exatamente inicia-se este movimento operário, com que exatamente termina-se este movimento teórico do Ordine Nuovo — dirá Gramsci, em uma carta enviada a Turca — "não era mais do que um instrumento para a realidade histórica italiana, das ideias e das ideias, e não um instrumento teórico".

Gramsci, portanto, daquelas de Gramsci, que ele não quer que sejam, portanto, daquelas de Gramsci, que ele não quer que sejam completamente estranho à revista. Gramsci, portanto, daquelas de Gramsci, que ele não quer que sejam, portanto, daquelas de Gramsci, que ele não quer que sejam completamente estranho à revista.

Gramsci, portanto, daquelas de Gramsci, que ele não quer que sejam, portanto, daquelas de Gramsci, que ele não quer que sejam completamente estranho à revista.

* "All'alba dell'Ordine Nuovo". Na abrevada do Ordine Nuovo (Trad.).

mento do marxista americano De Leon, mais exatas são, no entanto, as indicações relativas aos artigos de Lênin publicados pelo Ordine Nuovo. Na realidade esses artigos são poucos e variados, e neles são poucas, até as pouquíssimas, as alusões aos temas específicos dos Sovietes e dos Conselhos de Fábrica. De tal modo que podemos dizer, com muita razão, que a elaboração teórica dada ao sistema de conselho pelo Ordine Nuovo, nos anos de 1919-1920, é sobretudo uma obra original de Antonio Gramsci; uma obra que enriquece o marxismo e o leninismo, de onde ela tira a sua inspiração.

Gramsci, mesmo evocando De Leon e Lênin, seus mestres, lembra e faz questão de frisar que eles "encontraram as razões fundamentais das suas concepções" em Marx, sobretudo em seu texto sobre a Comuna de Paris, "onde Marx acentua explicitamente ao caráter industrial da sociedade comunista dos produtores". (A parte em itálico é de Gramsci, como para indicar que no caráter industrial da democracia proletária acha-se a verdadeira dissensão com as adversários do sovietismo e dos Conselhos de Fábrica.)

Gramsci insiste: "Os comunistas russos, nas pegadas de Marx, reúnem o Soviete, o sistema dos Sovietes, à Comuna de Paris... As observações de Marx sobre o caráter 'industrial' da Comuna serviram aos comunistas russos para que eles compreendessem o Soviete, para elaborar a idéia do Soviete...".

Para dar mais força às suas idéias e à sua polémica, no dia 5 de junho de 1920 Gramsci publica no Ordine Nuovo um longo resumo da obra de Marx em questão, com o título: "A Comuna, Estado Proletário", onde se lê, entre outras coisas: "A Comuna de Paris devia, naturalmente, servir de modelo a todos os grandes centros industriais da França. Assim que o governo comunal tivesse sido instaurado em Paris e nas principais cidades, o velho Governo centralizado deveria, em todos os lugares, nas províncias, ceder o lugar ao Governo livre dos produtores...".

"O verdadeiro segredo da Comuna está aqui: ela era, acima de tudo, um governo da classe operária, o resultado

da luta entre a classe que produz e a classe que se apropria dos produtos, a forma política finalmente descoberta, na qual era possível realizar a emancipação do trabalho."

Continuidade histórica e identidade de valores, portanto, entre Comuna e Soviete. Trata-se da mesma "forma política finalmente descoberta, na qual é possível realizar a emancipação do trabalho".

Chama-se esta forma "governo livre dos produtores" (Marx), "ditadura do proletariado" (Lênin), "autogoverno das massas operárias" (Gramsci), "democracia industrial" (Korsch), e o resultado é o mesmo: fazer com que as massas trabalhadoras participem direta e efetivamente na direção da máquina governativa (Soviete ou Conselhos), que, no entanto, pode surgir e funcionar somente nos lugares do trabalho (fábricas, campos, etc.). Nestas novas instituições do poder — eis o fator essencial — o "operário — escreve Gramsci, em harmonia com Marx e Lênin — passa a fazer parte como produtor, isto é, em consequência de um seu caráter universal, em consequência da sua posição e da sua função na sociedade, da mesma forma como um cidadão passa a fazer parte do estado democrático parlamentar".

Sobre estes elementos, direções, princípios, "tinham sido preparados e elaborados os artigos do Ordine Nuovo" (Gramsci), que deram vida e desenvolvimento ao movimento torrense dos Conselhos de Fábrica.

Outra e diversa, mostra-se e é a concepção do Soviete de Napoleles, isto é, de Amadeo Bordiga, de quem foram recolhidas e reproduzidas neste volume alguns artigos indistintos. Mesmo evocando-se a mesma idéia do Soviete, de que a revista napolitana chega até a assumir o nome como título e como emblema, na realidade o desenvolvimento teórico e político que Bordiga dava àquela idéia era uma simples e subtil negação da mesma.

Do fato, vimos que a novidade do Soviete, herdeiro e continuador da Comuna, estava no fato de ele ser uma invenção das massas, — "a forma finalmente encontrada" do

autogoverno da classe operária — e, como tal, ele nascia e exercia a sua função onde vive a "classe que produz", isto é, na fábrica ou no campo. O Soviete, assim como é concebido por Bordiga e como resulta da sua teorização, é, no entanto, um órgão estatal burocrático que, de fora, se sobrepõe às massas, mediante eleições das quais, por decreto, são excluídos "todos aqueles que não pertencem ao proletariado",⁸ mas que, definitivamente, imitam o velho sistema de representação burguesa, com suas sedes eleitorais divididas por território (circunscções de cidade e provincia), e não por "unidade de trabalho" (fábrica, campo), onde acontece naturalmente a separação entre a "classe que produz" (o proletariado) e a "classe que se apropria do produto" (os capitalistas) e onde, portanto, é completamente conseqüente e simples a exclusão do direito de voto a quem não é trabalhador. O sistema de representação soviética ou "de conselho" (segundo a concepção leniniana e gramsciana) adapta-se, portanto, ao processo de produção e espelha a sua organização. O trabalhador, na concepção bordiguiana, é considerado, no entanto, não na sua função de produtor — portanto no lugar onde produz —, mas como cidadão que conserva seu duplo aspecto de eleitor e de administrador, exatamente como acontece no Estado parlamentar. De acordo com esta concepção, o trabalhador permanece isolado daquela máquina governamental à qual Lênin, através do Soviete, desejava, ao contrário, que as massas trabalhadoras ficassem sempre mais próximas, até obterem a própria morte de todo o poder político e de toda a máquina governamental, com a transformação do "autogoverno das massas" em "autogestão", isto é, naquela "administração de coisas" de que Marx fala, e na qual conta somente o trabalho e a cooperação.

Considerando bem, o "sistema de representação" bordiguiano — separado das massas trabalhadoras, calcado sobre o sistema eleitoral democrático burguês — não faz mais do que acentuar os vícios, favorecendo aquele estatismo com-

tra o qual os órgãos representativos de conselho ou soviéticos são justamente chamados para lutar. E não seria, talvez, porque estes órgãos representativos de conselho, soviéticos, estão perdendo sua função originária, que pudemos assistir e estamos assistindo aos fenômenos de estatismo e de burocratismo, do qual se queixam no país da Revolução de Outubro?

Devemos rejeitar também a opinião segundo a qual os órgãos representativos de conselho devem ser separados "em dois setores: econômico e político". Comete-se sempre o mesmo erro, considerando o trabalhador dividido em duas categorias: como político (eleitor, fora do lugar do trabalho) e como força produtiva, econômica ("que terá ingerências na socialização e na sucessiva direção do estabelecimento").⁹ Ora, o objetivo dos Conselhos ou Soviotes é fazer desaparecer instantaneamente qualquer distinção entre "poder político" e "poder econômico"; lutando pela emancipação e pela autonomia dos trabalhadores tomados, na sua unidade, como produtores que se tornam, a um só tempo, administrados e administradores.

Evidentemente, cabe sempre ao partido operário a tarefa de compreender e de pôr em ação esse desejo de emancipação e de autonomia dos trabalhadores. Mas dizer que o mesmo subsistisse tal exigência ou chegasse a ignorá-la, seria fazer uma afirmação completamente errada. Seria suficiente citar o testemunho de Lênin que, em julho de 1920, fez ouvir contra Giacinto Menotti Serrati e Amadeo Bordiga, que quiseram inserir, nas suas "Teses sobre as tarefas fundamentais do II Congresso da Internacional Comunista", o seguinte parágrafo:

"Em relação ao Partido Socialista Italiano, o II Congresso da III Internacional considerava substancialmente justa a posição do partido e as propostas práticas enunciadas como orientadas ao Conselho Nacional do Partido Socialista Italiano, em nome da seção turinense do próprio partido, na revista

⁸ Cf. neste volume: Bordiga, "O Sistema de Representação Comunista".

⁹ Cf. neste volume: Bordiga.

Ordine Nuovo de 8 de março de 1920. *Tais propostas cor-respondem plenamente a todos os princípios fundamentais da III Internacional?*

Era uma aprovação explícita e clara da tendência do Ordine Nuovo, jornal dos Conselhos de Fábrica, jornal de Gramsci. Essa "tendência", à distância de 50 anos, permanece a "linha vermelha" pela qual passa a nossa história.

O movimento dos Conselhos de Fábrica promovido por Gramsci em 1919-1920 é estudado hoje em dia em todos os países onde proletários vivem e lutam. E este, parece-me, é o melhor teste para a avaliação histórica daquele movimento.

P.S. A escolha dos artigos reproduzidos nesta breve antologia, assim como o tipo de paginação adotada, ficou a cargo da redação.

Democracia Operária

Artigo escrito por Gramsci, publicado no Ordine Nuovo, sem assinatura, no dia 21 de junho de 1919.

Hoje em dia um problema afilivo impõe-se a todo socialista que tenha vivo o sentimento da responsabilidade histórica que pesa sobre a classe trabalhadora e sobre o Partido, que pela missão desta classe representa a consciência crítica e operante.

Como dominar as imensas forças sociais que a guerra desencadeou? Como discipliná-las e dar a elas uma forma política que contenha em si a virtude de se desenvolver normalmente, de se integrar continuamente, até se tornar a estrutura do Estado socialista no qual se encarnará a ditadura do proletariado? Como unir o presente ao futuro, satisfazendo as necessidades urgentes do presente e trabalhando ativamente para criar e "antecipar" o futuro?

Este artigo quer estimular o pensamento e a ação; quer ser um convite aos operários melhores e mais conscientes para que reflitam e, cada um na esfera da própria competência, o da própria ação, colaborem para a solução do problema, fazendo convergir sobre seus termos a atenção dos responsáveis e das associações. Somente através de um tra-

¹ Cf. *Testi, Manifesti e Risoluzioni del II Congresso dell'Internazionale Comunista*, "La Nuova Sinistra", Saroná e Savelli, 1970.

balho comum e solidário de esclarecimento, de persuasão e de educação recíproca, nascerá a ação concreta de construção.

O Estado socialista já existe potencialmente nas instituições de vida social, características da classe trabalhadora explorada. Ligar essas instituições, coordená-las e subordiná-las numa hierarquia de competências e de poderes, centralizá-las fortemente, também se respeitando as necessárias autonomias e articulações, significa criar desde já uma verdadeira democracia operária, em contraposição eficiente e ativa ao Estado burguês, preparada desde agora a substituir o Estado burguês em todas as suas funções essenciais de gestão e de domínio do patrimônio nacional.

O movimento operário hoje é dirigido pelo Partido Socialista e pela Confederação do Trabalho; mas a prática do poder social do Partido e da Confederação se efetua, indiretamente, através da grande massa trabalhadora, pela força do prestígio e do entusiasmo, pela pressão autoritária, e não por inércia. A esfera de prestígio do Partido cresce diariamente, atinge camadas populares até agora inexploradas, suscita assentimento e desejo de trabalhar proficuamente pelo advento do comunismo, em grupos e indivíduos até agora ausentes da luta política. É necessário dar uma forma e uma disciplina permanente a estas energias desordenadas e caóticas, absorvê-las, compô-las e potenciá-las, fazer da classe proletária e semiproletária uma sociedade organizada que se eduque, que faça a própria experiência, que adquira uma consciência responsável pelas obrigações que cabem às classes chegadas ao poder do Estado.

O Partido Socialista e os sindicatos profissionais poderão absorver toda a classe trabalhadora somente através de um trabalho de anos, de dezenas de anos. Eles não se identificarão imediatamente com o Estado proletário; de fato, as repúblicas comunistas eles continuam a subsistir independentemente do Estado, como instituições de propulsão

Partido) ou de controle e de realização parcial (os sindicatos). O Partido deve continuar a ser o órgão de educação comunista, a chama da fé, o depositário da doutrina, o poder supremo que harmoniza e conduz à meta as forças organizadas e disciplinadas da classe operária e camponesa. Justamente por desenvolver rigidamente essa sua tarefa, ele não pode escancarar as portas à invasão de novos adeptos, não acostumados à prática da responsabilidade e da disciplina.

Mas a vida social da classe trabalhadora está cheia de instituições, articula-se em múltiplas atividades. É preciso justamente desenvolver estas instituições e estas atividades, organizar conjuntamente, coligar em um sistema amplo e articulado egilmente, que absorva e discipline toda a classe trabalhadora.

A oficina com suas comissões internas, os círculos sociais, as comunidades camponesas, são os centros da vida proletária onde é necessário trabalhar diretamente.

As comissões internas são órgãos de democracia operária que devem ser libertados das limitações impostas pelos sindicatos, e nos quais é necessário infundir vida nova e vigor. Hoje em dia as comissões internas limitam o poder do socialista na fabríca e executam funções de arbitragem e disciplina. Desenvolvidas e ampliadas, deverão ser a primeira e a única do poder proletário que substitui o poder burguês em suas funções proficuas de direção e de administração. Os operários deveriam providenciar a eleição de delegados, escolhidos entre os comunistas e mais conscientes, com o lema: "Todo trabalho se organiza nos Comités de Oficina", coordenado ao Estado e ao poder do Estado aos Conselhos Operários e Sindicatos.

Os círculos sociais devem ser o campo de propaganda concreta revolucionária para os comunistas organizados no Partido e nos sindicatos. Os Círculos, de acordo com as

seções urbanas, deveriam fazer um recenseamento das forças operárias da zona, e tornar-se a sede do Conselho de Bairro dos delegados de oficina, a glandula que une e centraliza todas as energias proletárias do bairro. Os sistemas eleitorais poderiam variar de acordo com o tamanho das oficinas; seria interessante, porém, promover a eleição de um delegado para cada grupo de 15 operários divididos por categoria (como acontece nas oficinas inglesas), chegando, por eleições graduais, a um comité de delegados de fábrica que compreenda representantes de todo o complexo do trabalho (operários, empregados e técnicos). No Comité de Bairro dever-se-ia procurar incorporar delegados também das outras categorias de trabalhadores que moram no bairro: garçons, cocheiros, motorneiros, ferroviários, lixeiros, empregados particulares, caixeiros, etc.

O Comité de Bairro deveria ser a emanção de *toda a classe trabalhadora* que mora nele, emanção legítima e com autoridade, capaz de fazer respeitar a ordem, investida de poder delegado espontaneamente, de ordenar a suspensão imediata e integral de qualquer trabalho em todo o bairro.

Os Comités de Bairro se ampliariam em Comissariados Urbanos, controlados e disciplinados pelo Partido Socialista e pelas Federações Profissionais.

Um tal sistema de democracia operária (integrado e organizações equivalentes de camponeses) daria uma forma e uma disciplina permanente às massas, seria uma escola maravilhosa de experiência política e administrativa, enquadriaria as massas até o último homem, habituando-as à tenacidade e à perseverança, habituando-as a se considerar como um exército em atividade que tem necessidade de uma forte coesão, se não quiser ser destruído e reduzido à escravidão.

Cada fábrica constituiria um ou mais regimentos de exército, com seus cabos, com seus serviços de ligação com seus oficiais, com seu estado-maior, poderes delegados por livre eleição, não impostos autoritariamente. Através

dos comícios, realizados dentro das oficinas, pelo trabalho incessante de propaganda e de persuasão desenvolvido pelos elementos mais conscientes, obter-se-ia uma transformação radical da psicologia operária, tornar-se-ia a massa mais preparada e apta ao exercício do poder, difundir-se-ia uma consciência dos deveres e dos direitos do companheiro e do trabalhador, concreta e eficiente por ter sido gerada espontaneamente pela experiência viva e histórica.

Já dissemos: estas breves anotações têm a finalidade única de estimular o pensamento e a ação. Cada aspecto do problema mereceria uma grande e profunda análise, elucidada, complementos auxiliares e coordenados. Mas a solução concreta e integral dos problemas da vida socialista pode ser dada somente pela prática comunista: a discussão em conjunto, que modifica simpaticamente as consciências, unificando-as e enchendo-as de entusiasmo operoso. Dizer a verdade, chegar junto à verdade, é cumprir ação comunista e revolucionária. A fórmula "ditadura do proletariado" deve deixar de ser somente uma fórmula, uma ocasião para exibir uma fraseologia revolucionária. Quem quer o fim, deve que- rer também os meios. A ditadura do proletariado é a instauração de um novo Estado, tipicamente proletário, para onde influem as experiências institucionais da classe oprimida, mas a vida social das classes operária e camponesa torna-se um sistema difundido e fortemente organizado. Este Estado deve ser improvisa: os comunistas bolcheviques russos trabalharam durante oito meses para difundir e tornar concreta a ditadura do ordem "Todo o poder aos Soviotes", e os Soviotes russos conhecidos dos operários russos desde 1905. Os comunistas italianos devem aproveitar a experiência russa para ganhar tempo e trabalho: a obra de reconstrução existirá por si, tanto tempo e tanto trabalho que cada dia e cada noite deverão ser destinados a ela.

oluntio desta, outra obrigação concreta além de preparar-lhe as massas proletárias.

É um perigo possível, que quisemos apontar mais por um . . . escrúpulo ortodoxo, do que por medo de que incorram nele os companheiros do *Ordine Nuovo*.

O Ordine Nuovo

Artigo de jornal atribuído a Bordiga, publicado no Soviet, no dia 15 de junho de 1919.

É uma nova revista semanal dos companheiros de Turim, publicada dia 1.º de maio: e a ela mandamos nossos cumprimentos entusiasmados.

Incumbência da nova publicação, da qual é secretário de redação o companheiro Antonio Gramsci, será sobretudo, se bem entendemos, o estudo das maiores realizações da ordem socialista na sua iminente concretização.

Tarefa onerosa e grandiosa, plano que merece, todo o nosso louvor, com uma observação, somente, que não é uma reserva.

O aproximar-se da *implementação* do programa socialista não deve ser considerado sem ter sempre presente a barreira que, claramente, dele nos separa no tempo: o estabelecimento de uma condição preliminar: isto é, a conquista de todo o poder político para a classe trabalhadora, problema que precede o outro e sobre cujos processos ainda existe tanto a ser resolvido e definido.

O estudo concreto das aplicações socialistas vitais poderia forçar alguém a levá-las para fora do oxigênio que a alimenta de ditadura proletária, por considerá-las compatíveis com as instituições atuais, reservando em direção ao reformismo.

O maximalismo vê, sob uma luz perfeitamente realista, o curso complexo da transformação da economia capitalista, em economia comunista: recusando-se a ter, até

Sindicatos e Conselhos

Artigo de Gramsci, sem assinatura, publicado em 11 de outubro de 1919, no Ordine Nuovo.

A organização proletária que, como expressão total da massa operária e camponesa, se resume nos escritórios centrais da Confederação do Trabalho, atravessa uma crise constitucional semelhante, por natureza, à crise em que o Estado parlamentar se debate em vão. A crise é crise de poder e de soberania. A solução de uma será a solução da outra, visto que, resolvendo o problema do desejo de poder absoluto da sua organização de classe, os trabalhadores vão a criar a base orgânica do seu Estado, e vitoriosamente o porão em contraposição ao Estado parlamentar.

Os operários sentem que o complexo da organização sindical "deles" tornou-se um aparato tão enorme que acaba por abdicando a leis próprias, familiares à sua estrutura e ao complicado funcionamento, mas estranhas à massa que adquiriu consciência da sua missão histórica de classe revolucionária. Sentem que não conseguem definir seu desejo de poder, em um sentido claro e preciso, através das atuais

hierarquias institucionais. Sentem que também na sua casa, na casa que construíram tenazmente, com esforços pacientes, cimentando-a com sangue e lágrimas, a máquina esmagava o homem, o funcionalismo torna estéril o espírito criador, e o dilettantismo banal e verbalista tenta, em vão, esconder a ausência de conceitos definidos sobre as necessidades da produção industrial e a falta completa de compreensão da psicologia das massas proletárias. Os operários irritam-se com estas condições reais, mas individualmente são impotentes para modificá-las; as palavras e os desejos dos homens, isoladamente, são uma coisa pequena demais em comparação às leis férreas, inerentes à estrutura funcional do aparato sindical.

Os líderes da organização não percebem essa crise profunda e difundida. Quanto mais claramente fica demonstrado que a classe operária não é composta formalmente de acordo com a sua real estrutura histórica, mais fica demonstrado que ela não está enquadrada numa configuração que, incessantemente, se adapta às leis que regem o íntimo processo de desenvolvimento histórico real da classe em si, tanto mais esses líderes obstinam-se na cegueira e esforçam-se em solucionar "juridicamente" os dissídios e os conflitos. Espíritos eminentemente burocráticos, eles acreditam que uma condição objetiva radicada na psicologia, como aquela que se desenvolve nas experiências vivas da oficina, possa ser superada por um discurso que atinja os afetos, e com uma ordem do dia votada unanimemente em uma assembléa embruteada pelo barulho e pelos discursos intermináveis. Hoje eles se esforçam para se pôr à "altura dos tempos" e, só para demonstrar que também são capazes de "meditar asperamente", remexem as velhas e desgastadas ideologias sindicalistas, insistindo pensosamente em estabelecer relações de identidade entre o Soviète e o Sindicato, insistindo pensosamente em afirmar que o sistema atual de organização sindical constitui desde já a estrutura da sociedade comunista, constitui o sistema de forças em que deve encarnar-se a ditadura proletária.

O Sindicato, na forma em que atualmente existe nos países da Europa Ocidental, é um tipo de organização não somente diferente essencialmente do Soviète, mas também diferente, e de maneira notável, do Sindicato na forma em que, sempre mais, vem-se desenvolvendo na república comunista russa.

Os Sindicatos Profissionais, as Câmaras do Trabalho, as Federações Industriais, a Confederação Geral do Trabalho, não o tipo de organização proletária característico do período da história dominado pelo capital. Em um certo sentido pode-se afirmar ser ele parte integrante da sociedade capitalista, e tem uma função que é inerente ao regime da propriedade particular. Neste período, em que os indivíduos sabem desde que sejam proprietários de mercadoria e comecem sua propriedade, também os operários tiveram que obedecer às leis férreas da necessidade geral e tornaram-se concorrentes da sua única propriedade, a força de trabalho e a inteligência profissional. Mais expostos aos riscos da concorrência, os operários acumularam sua propriedade em "formas" sempre maiores e compreensivas, criaram esse enorme aparato de concentração de esforço físico, impuseram regras e horários, e disciplinaram o mercado. Mandaram ir da fora ou escolheram do próprio ambiente um grupo administrativo de confiança, especializado neste gênero de operações, capaz de dominar as condições do mercado, capaz de estipular contratos, de avaliar os riscos comerciais, de realizar operações economicamente úteis. A natureza essencial do Sindicato é de concorrência, não é comunista. O Sindicato não pode servir como instrumento de renovação social da sociedade: ele pode oferecer ao proletariado alguns elementos experientes, alguns técnicos especializados em questões industriais de caráter geral, não pode ser a base do poder proletário. Ele não oferece qualquer possibilidade de libertação das individualidades proletárias, capazes e dignas de dirigir a sociedade, através dele não se podem exprimir as hierarquias em que se encarna o impulso vital, o ritmo de governo da sociedade comunista.

A ditadura proletária pode se encarnar em um tipo de organização que seja específico da atividade própria dos produtores e não dos assalariados, escravos do capital. O Conselho de Fábrica é a principal célula desta organização. Desde que no Conselho estão representados todos os ramos do trabalho, proporcionalmente à contribuição que cada profissão e cada ramo de trabalho dá à elaboração do objeto que a fábrica produz para a coletividade, a instituição é de classe, é social. Sua razão de ser está no trabalho, está na produção industrial — isto é, em um fato permanente e não no salário, na divisão das classes, ou seja, em um fato transitório e que, justamente, se quer superar.

Por essa razão o Conselho proporciona a unidade da classe trabalhadora, dá às massas uma coesão e uma forma que são da mesma natureza da coesão e da forma que a massa assume na organização geral da sociedade.

O Conselho de Fábrica é o modelo do Estado proletário. Todos os problemas que são inerentes à organização desse Estado são inerentes à organização do Conselho. Em um e no outro acaba o conceito de cidadão, que é substituído pelo conceito de companheiro: a colaboração para uma boa e útil produção desenvolve o sentimento de solidariedade, multiplica os laços de afeto e de fraternidade. Cada um é indispensável, cada um está em seu lugar, e cada um tem uma função e um lugar. Também o mais ignorante e o mais retraído dentre os funcionários, o mais vaidoso e o mais "civilizado" dentre os engenheiros, acaba por se convencer desta verdade, nas experiências da organização de fábrica: todos acabam adquirindo uma consciência comunista, para compreender o grande passo para a frente que a economia comunista representa sobre a economia capitalista. O Conselho é o órgão mais idôneo de educação recíproca e de desenvolvimento do novo espírito social, que o proletariado conseguiu exprimir como resultado da experiência viva e fecunda da comunidade de trabalho. A solidariedade operária, que no Sindicato, desenvolvia-se na luta contra o capitalismo, no sofrimento e no sacrifício, no Conselho é positiva, é perme-

mente, está encarnada até nos momentos menos importantes da produção industrial, está contida na consciência alegre de ser um todo orgânico, um sistema homogêneo e compacto que, trabalhando utilmente, produzindo desinteressadamente a riqueza social, afirma a sua soberania, exerce o seu poder e a sua liberdade criadora da história.

A existência de uma organização, em que a classe trabalhadora seja enquadrada na sua homogeneidade de classe produtora, e que torne possível um espontâneo e livre desenvolvimento de hierarquias e de individualidades dignas e capazes, terá reflexos importantes e fundamentais na consciência e no espírito que anima a atividade dos Sindicatos.

O Conselho de Fábrica também se baseia na profissão. Em cada seção os operários se dividem em grupos, e cada grupo é uma unidade de trabalho (de profissão): o Conselho, justamente, é constituído pelos comissários que os operários elegem por profissão (grupo) de seção. Mas o Sindicato se baseia no indivíduo, o Conselho se baseia na unidade orgânica e concreta do ofício que se exerce no disciplina-mento do processo industrial. O grupo (a profissão) sente que está separado no corpo homogêneo da classe, mas ao mesmo tempo sente-se engrenado ao sistema de disciplina e ordem que torna possível, com seu funcionamento exato e preciso, o desenvolvimento da produção. Como interesse econômico e político a profissão é parte indistinta e perfeita-mente solidária com o corpo da classe; distingue-se como grupo técnico e como desenvolvimento do instrumento mental que utiliza no trabalho. Da mesma maneira, todas as seções são homogêneas e solidárias, com a finalidade de realizar uma perfeita produção, distribuição e acumulação social da riqueza: mas cada indústria tem interesses diferentes no que se relaciona à organização técnica da sua atividade específica.

A existência do Conselho dá aos operários a responsabilidade direta pela produção, leva-os a melhorar seu trabalho através uma disciplina consciente e voluntária, cria a ligação do produtor, do criador da história. Os operários

levam para o Sindicato esta nova consciência e, partindo da simples atividade de luta de classe, o Sindicato dedica-se ao trabalho fundamental de imprimir uma nova configuração à vida econômica e à técnica do trabalho, dedica-se a elaborar a forma de vida econômica e de técnica profissional que é própria da civilização comunista. Neste sentido os sindicatos, que são constituídos pelos operários melhores e mais conscientes, exercem o momento supremo da luta de classe e da ditadura do proletariado, criam as condições objetivas nas quais as classes não podem mais existir nem renascer.

Isto é o que os sindicatos da indústria fazem na Rússia. Eles se tornaram os organismos em que todas as tarefas isoladas de uma certa indústria se ligam, se unem, se articulam, formando uma grande unidade industrial. As concorrências esbanjadoras são eliminadas, os grandes serviços administrativos de abastecimento, de distribuição e de depósito, são unificados em grandes centrais. Os sistemas de trabalho, os segredos de fabricação, as novas aplicações, tornam-se imediatamente comuns a toda a indústria. A multiplicidade de funções burocráticas e disciplinares inerente às relações de propriedade privada e à empresa particular é reduzida somente às necessidades industriais. A aplicação dos princípios sindicais na indústria têxtil permitiu na Rússia uma redução de burocracia de 100 000 empregados para 3 500.

A organização por fábrica forma a classe (toda a classe) em uma unidade homogênea e coesa que adere plasticamente ao processo industrial de produção e o domina, para dele se apossar definitivamente. Na organização por fábrica, portanto, encarna-se a ditadura proletária, o Estado comunista que destrói o domínio de classe nas superestruturas políticas e em suas engrenagens gerais.

Os sindicatos de profissão e de indústria são as vertebros sólidas do grande corpo proletário. Eles elaboram as experiências individuais e locais, e as acumulam exercendo aquele nivelamento nacional das condições de trabalho e de produção em que se baseia concretamente a igualdade comunista.

Mas para que seja possível imprimir aos sindicatos esta orientação positivamente classista e comunista, é necessário que os operários dirijam toda a sua vontade e sua fé à comunidade e à difusão dos Conselhos, à unificação orgânica da classe trabalhadora. Sobre essa base homogênea e sólida desenvolverão e se desenvolverão todas as estruturas superiores da ditadura e da economia comunista.

O Sistema de Representação Comunista

O artigo de Bordiga, com as iniciais, foi publicado no Social de 14 de setembro de 1919.

Langendo o nosso programa comunista que compreendia, em síntese, a resposta a muitos problemas vitais que se referem ao movimento revolucionário do proletariado, esperávamos que se levantasse uma ampla discussão sobre todos os pontos contidos nele.

Na entanto, discutiu-se e discute-se com violência somente a respeito da incompatibilidade da participação eleitoral soberanamente afirmada no programa: os maximalistas a favor das eleições, enquanto afirmam que para eles a ação eleitoral é assunto secundário, preocupam-se tanto que desenvolvam uma avalanche de artigos contra as poucas linhas do nosso programa contrárias às eleições. Quanto a nós, à vista a longa exposição publicada nestas colunas sobre as razões do abstencionismo, somente agora começamos a responder no *Avanti!*, para nos defendermos do dilúvio das ataques eleitoreiras.

Temos prazer, portanto, em constatar que o *Ordine Nuovo* de Turim pede explicações sobre aquele ponto do programa comunista que reza: "serão convocadas as eleições dos conselhos locais dos operários, independentemente das categorias profissionais a que pertencem, e separados por circunscrições de cidade e de provincia".

O articulista, que é o companheiro Andrea Viglione,⁸ pergunta-se se houve intenção de negar que o poder dos Sovietes deve ter origem nas massas consultadas e votantes no próprio lugar onde se trabalha: nas fábricas, nas oficinas, nas minas, nas aldeias.

O pensamento dos redatores do programa foi o seguinte: o sistema dos Sovietes é uma representação política da classe trabalhadora, cuja característica fundamental é a exclusão do direito eleitoral a todos aqueles que não pertencem ao proletariado.

Acreditou-se que o Soviete fosse a mesma coisa que o sindicato econômico: nada de mais errado.

Pode ser que, nos primeiros momentos revolucionários, os organismos soviéticos em diversos países tenham sido constituídos por representações das organizações de profissão, mas isso não foi mais do que um expediente transitório.

Enquanto o sindicato econômico tem por objetivo a defesa dos interesses de categoria do trabalhador, desde que pertença a uma determinada profissão ou a uma determinada indústria, no Soviete o proletário consta como pertencente a uma classe social que conquista e exerce o poder político e a direção da sociedade, pois os seus interesses são comuns aos de todos os trabalhadores de qualquer profissão. No Soviete central temos uma representação política da classe trabalhadora, com deputados das circunscrições locais.

Ali não figuram, absolutamente, representantes nacionais das diferentes categorias profissionais; isso serve somente para desmentir as interpretações em sentido sindicalista quanto à paródia reformista das hipóteses constituintes

⁸ Cf. ANDREA VIGLIONE, "Verso Nuovo Istituto!", in *L'Ordine Nuovo*, 5 de agosto de 1919, n.º 16.

profissionais que se fazem passar por instituições que têm alguma coisa de soviética.

Mas nos Sovietes locais de cidades e de centros rurais, como deve ser constituída a engrenagem da representação?

Se nos referimos ao sistema russo, exposto nos capítulos XI, XII, XIII e XIV da Constituição da República dos Sovietes, podemos concluir que o essencial é que nas cidades haja um delegado para cada 1 000 habitantes, e no campo 1 para cada 100; e as eleições têm lugar (art. 66) segundo os usos estabelecidos pelos Sovietes locais.

Portanto, não é que o número dos delegados a serem eleitos dependa do número de fábricas ou de unidades de trabalho, e não temos certeza de que a eleição seja feita agrupa-mento os eleitores que têm direito a um representante, e com que critério.

Mas se nos referimos aos programas dos comunistas de outros países, parece-nos poder concluir que a natureza da votação eleitoral, mesmo prestando-se a considerações im-portunantíssimas, não é o problema substancial da ordem socialista.

A engrenagem dos Sovietes tem, indubitavelmente, uma dupla natureza: política revolucionária de um lado; econômica constitutiva do outro.

Nos primeiros momentos é predominante a primeira função, que com o desenvolver-se da expropriação burguesa desenvolve-se, cedendo campo à segunda.

Para esta segunda obra de atividade os organismos técnicos próprios se adaptarão sucessivamente à escola da realidade, e nesse campo surgirão e se entrelaçarão as formas de delegação das categorias sindicalizadas e das unidades de produção, sobretudo no que se refere à técnica e à direção do trabalho.

Mas a função política fundamental da rede dos Conselhos Operários está baseada sobre o conceito histórico da luta: os interesses proletários devem ter liberdade de expressão, desde que agrudem toda a classe que está acima das

categorias, como também todo o desenvolvimento histórico do movimento de emancipação da mesma classe.

As condições para realizar tudo isso são, substancialmente, a exclusão dos burgueses de qualquer participação na atividade política, e a distribuição oportuna dos eleitores nas circunstâncias locais, de onde patem as delegações ao Congresso dos Sovietes, que nomeia o Comité Central Executivo, e que tem a tarefa de promulgar as decisões de socialização sucessiva dos vários ramos da economia.

Parece-nos que, diante desta definição histórica do sistema representativo comunista, o *Ordine Nuovo* exagera um pouco a definição *formal* da engrenagem dessas representações.

Onde e com que agrupamento aconteçam as votações, não é o problema fundamental: ele pode comportar soluções diferentes, nacionais e regionais.

Somente até um certo ponto, pode-se ver o germe dos Sovietes nas Comissões Internas de Fábrica: ou melhor, acreditamos que estas estejam destinadas a gerar os Conselhos de Fábrica encarregados de atribuições técnicas e disciplinares, durante e depois da socialização da própria fábrica; fica esclarecido que o Soviete político da cidade poderá ser eleito onde for mais cômodo e, provavelmente, em reuniões não muito diferentes das atuais sedes eleitorais.

As próprias listas eleitorais deverão ser diferentes. Viglione pergunta se na fábrica votarão todos os operários, ou somente os organizados; lembramos a ele que alguns operários, apesar de organizado, poderá ser excluído das listas eleitorais do Soviete político, na cidade onde for provado que, além de trabalhar na fábrica, ele vive da renda de um pequeno capital pecuniário ou imobiliário. Este caso, entre nós, é freqüente: a própria Constituição Russa o prevê claramente no primeiro parágrafo do artigo 65.

Além disso, devem votar os desempregados legítimos e os incapazes para o trabalho.

Portanto, o que caracteriza o sistema comunista é a definição do direito de ser eleitor, que não depende do fato

de se pertencer a uma categoria profissional, mas de ser ou não ser o indivíduo, no complexo total das suas relações sociais, um proletário interessado na rápida realização do comunismo, ou um não proletário, ligado de qualquer maneira à conservação das relações econômicas da propriedade privada.

Esta condição tão simples para o funcionamento político da representação soviética: ao lado desta multiplicação de novos e ágeis órgãos técnico-econômicos, sempre subordinados, porém, ao que a primeira estabelecerá em relação às grandes linhas das providências que serão executadas, pois somente a representação política para resumir em si, enquanto a abolição das classes não tiver sido realizada totalmente, os interesses coletivos do proletariado, atuando como aceleradora máxima do processo revolucionário.

Em uma outra vez nos ocuparemos do problema relacionado com a possibilidade e conveniência de constituir os Sovietes políticos, antes ainda da batalha revolucionária pela conquista do poder.

A. B.

Os Sindicatos e a Ditadura

Artigo de Gramsci, sem assinatura, publicado no n.º 23 do Ordine Nuovo, no dia 25 de outubro de 1919.

A luta de classe internacional culminou até agora com a vitória dos operários e camponeses de dois proletariados nacionais. Na Rússia e na Hungria os operários e campones-

ses instauraram a Ditadura Proletária, e tanto em um lugar como no outro a Ditadura foi obrigada a sustentar uma batalha dura, não somente contra as classes burguesas, mas também contra os sindicatos: o conflito entre a Ditadura e os sindicatos, aliás, foi uma das causas da queda do Soviete húngaro, pois os sindicatos tentaram abertamente derrubar a Ditadura, funcionaram sempre como organismos "derrotistas" da Revolução e sempre como organismos "desconforto e a covardia entre os operários e os soldados vermelhos. Um exame, mesmo rápido, das razões e das condições desse conflito não pode deixar de ser útil para a educação revolucionária das massas que, tendo que se convencer que o Sindicato é possivelmente o organismo proletário mais importante da Revolução Comunista, pois sobre ele deve basearse a socialização da indústria, visto que ele deve criar as condições em que a empresa privada desaparece e não pode mais ressuscitar, devem também se convencer da necessidade de criar, antes da Revolução, as condições psicológicas e objetivas nas quais seja impossível qualquer conflito e qualquer dualismo de poder entre os vários órgãos em que se concentra a luta da classe proletária contra o capitalismo.

* * *

A luta de classes, em todos os países da Europa e do mundo, assumiu um caráter revolucionário. A concepção — que é própria da Terceira Internacional — segundo a qual a luta de classes deve ser dirigida à instauração da Ditadura Proletária, sobrepo-se à ideologia democrática e difunde-se irresistivelmente nas massas. Os partidos socialistas aderem à Terceira Internacional, ou pelo menos se comportam de acordo com os princípios fundamentais elaborados no Congresso de Moscou; no entanto, os sindicatos permaneceram fiéis à "verdadeira democracia" e não deixam passar qualquer ocasião para induzir ou obrigar os operários a se declararem adversários da Ditadura; e a não participar das manifestações de solidariedade com a Rússia

das Soviéticas. Esta atitude dos sindicatos foi superada rapidamente na Rússia, pois junto com o desenvolvimento das organizações profissionais e das indústrias aconteceu, paralelamente e com ritmo mais acelerado, o desenvolvimento dos Conselhos de Oficina; isso, no entanto, correu a base do poder proletário na Hungria, determinou na Alemanha os sovietes carnificinas de operários comunistas e o nascimento do fenômeno Noske, determinou na França a falência da greve geral de 20-21 de julho e a consolidação do regime de Clemenceau, impediu até agora qualquer intervenção direta dos operários ingleses na luta política, e ameaça dividir profundamente e perigosamente as forças proletárias em todos os países.

Os partidos socialistas adquirem sempre mais um perfil fundamentalmente revolucionário e internacionalista; os sindicatos, ao mesmo tempo, têm a tendência a representar a teoria (!) e a prática do oportunismo reformista, e a tornarem-se organizações meramente nacionais. Disso nasce um estado de coisas insustentável, uma condição de confusão permanente e de insegurança crônica para a classe trabalhadora, fatores que aumentam o desequilíbrio geral da sociedade e favorecem o retardar dos estímulos de desagregação moral e de barbarismos.

* * *

Os sindicatos organizaram os operários de acordo com os princípios da luta de classes e foram, eles mesmos, as primeiras formas orgânicas desta luta. Os organizadores sempre tiveram que somente a luta de classes pode levar o proletariado à sua emancipação, o que a organização sindical costuma a finalidade de suprimir o provento individual e a exploração do homem pelo homem, pois sua finalidade é eliminar o capitalista (o proprietário particular) do processo industrial de produção, eliminando, portanto, as condições que os sindicatos não puderam alcançar imediatamente com a finalidade e para isso dirigiram todos os seus

esforços à finalidade imediata de melhorar as condições de vida do proletariado, pedindo salários mais altos, menos horas de trabalho, um corpo de legislação social. Os movimentos sucederam-se aos movimentos, as greves às greves, a condição de vida dos trabalhadores tornou-se relativamente melhor. Mas todos os resultados, todas as vitórias da ação sindical têm suas bases em origens antigas: o princípio da propriedade particular permanece intacto e forte, a ordem da produção capitalista e a exploração do homem pelo homem permanecem intactos e, aliás, complicam-se em formas novas. A jornada de oito horas, o aumento salarial, os benefícios da legislação social não atingem o lucro; os desequilíbrios que a ação sindical imediatamente determina no estudo do lucro compõem-se e encontram uma sistemática nova no jogo da livre concorrência para as nações de economia mundial como a Inglaterra e a Alemanha, no proteccionismo para as nações de economia limitada como a França e a Itália. Ou seja, o capitalismo reverte sobre as massas amorfas nacionais, ou sobre as massas coloniais, as despesas gerais majoradas da produção industrial.

Assim, a ação sindical revela-se absolutamente incapaz de superar, no seu domínio e com os seus meios, a sociedade capitalista, revela-se incapaz de conduzir o proletariado à atuação da finalidade elevada e universal a que inicialmente tinha se proposto.

* * *

De acordo com as doutrinas sindicalistas, os sindicatos deveriam ter servido para educar os operários na gestão da produção. Uma vez que, como foi dito, os sindicatos de indústria são um reflexo integral de uma determinada indústria, os seus interesses são os interesses da indústria; a escolha dos membros dos sindicatos determina a escolha dos meios de luta; a escolha dos meios de luta determina a escolha dos métodos de luta; a escolha dos métodos de luta determina a escolha dos resultados. Assim, a escolha dos meios de luta determina a escolha dos resultados, dos mais inteligentes, dos mais capazes, dos mais capazes de superar o complexo mecanismo da

produção e da comercialização. Os líderes operários da indústria de couro serão os mais capazes para gerenciar essa indústria, valendo o mesmo para a indústria metalúrgica, para a indústria do livro, etc.

Colossal ilusão. A escolha dos líderes sindicais nunca se deu pelos critérios de competência industrial, mas sim de competência meramente jurídica, burocrática ou demagógica. E quanto mais as organizações foram se expandindo, quanto mais freqüente foi a sua intervenção na luta de classes, quanto mais difundida e profunda a sua ação, tanto mais tornou-se necessário reduzir a função dirigente a uma função puramente administrativa e contábil, tanto mais a capacidade técnica industrial tornou-se um não valor, e a capacidade burocrática e comercial tomaram a dianteira. Foi-se constituindo, assim, uma verdadeira e própria casta de funcionários e de diaristas sindicais, com uma psicologia de agremiação absolutamente contrastante com a psicologia dos operários, e que acabou assumindo, em relação à massa operária, a mesma posição da burocracia governativa diante do Estado parlamentar: é a burocracia que reina e governa.

* * *

A Ditadura Proletária quer suprimir a ordem da produção capitalista, quer suprimir a propriedade privada, pois somente desta maneira pode ser suprimida a exploração do homem pelo homem. A Ditadura Proletária quer suprimir a diferença das classes, quer suprimir sua luta, pois somente assim pode ser completa a emancipação social da classe trabalhadora. Para obter essa finalidade, o Partido Comunista ensina o proletariado a organizar a sua força de classe e a se servir dessa força armada para dominar a classe burguesa e determinar as condições em que a classe exploradora seja suprimida e não possa renascer. A tarefa do Partido Comunista na Ditadura, portanto, é essa: organizar potente e definitivamente a classe dos operários e camponeses em classe dominante, controlar para que todos os organismos do novo

Estado desenvolvam realmente uma obra revolucionária, e romper os direitos e as antigas relações inerentes ao principio da propriedade privada. Mas essa ação destrutiva e de controle deve, imediatamente, ser acompanhada por uma obra positiva de criação e de produção. Se essa obra não for bem sucedida, é inútil a força política; a Ditadura não pode se sustentar: nenhuma sociedade pode se sustentar sem a produção, e menos ainda a Ditadura que, atuando nas condições de destruição econômica produzida por cinco anos de guerra exasperante, e de meses e meses de terrorismo burguês armado, necessita, aliás, de uma intensa produção.

É essa, portanto, a enorme e maravilhosa tarefa que deveria se abrir à atividade dos sindicatos de indústria. Justamente eles deverão iniciar uma nova ordem de produção em que o empreendimento seja baseado não no desejo de lucro do proprietário, mas no interesse solidário da comunidade social que para cada setor industrial sai do indistinto genérico e concretiza-se no sindicato operário correspondente.

* * *

No Soviete húngaro os sindicatos abstiveram-se de qualquer trabalho criador. Politicamente os funcionários sindicais levantaram contínuos obstáculos à Ditadura, constituindo um Estado dentro do Estado: economicamente, permaneceram inertes: mais de uma vez as fábricas tiveram que ser socializadas contra a vontade dos sindicatos. Mas os zação era, por excelência, um dever dos sindicatos. Mas os líderes das organizações húngaras estavam espiritualmente limitados, tinham uma psicologia burocrático-reformista, e tentavam continuamente perder o poder que até então tinham exercido sobre os operários. Por a função pela qual o Sindicato se tinha desenvolvido até chegar à Ditadura ser inerente ao funcionamento da classe burguesa, e porque os funcionários não tinham uma capacidade técnica industrial, eles afirmaram a insustentabilidade da classe proletária à gerência da produção, afirmaram a "verdadeira" democracia, ou seja, a con-

servação da burguesia nas suas posições principais de classe proprietária, queriam perpetuar e exasperar a era dos acordos, dos contratos de trabalho, da legislação social, para ficarem em posição de fazer valer sua competência. Eles queriam que se esperasse a... revolução internacional, não podendo compreender que ela justamente se manifestava na Hungria, com a Revolução Húngara, na Rússia com a Revolução Russa, em toda a Europa com as greves gerais, com os pronunciamentos militares, com as condições de vida tornadas impossíveis para a classe trabalhadora pelas conseqüências da guerra.

* * *

Um dos mais influentes líderes dos sindicatos húngaros na última reunião do Soviete de Budapeste relatou assim o ponto de vista dos derrotistas da Revolução: "Quando o proletariado húngaro assumiu o poder e proclamou a República dos Soviotes, depositou as suas esperanças sobre três fatos: primeiro, na explosão iminente da revolução mundial; segundo, na ajuda do Exército Vermelho da Rússia; terceiro, no espírito de sacrifício do proletariado húngaro. No entanto, a revolução mundial demorou para estourar, as tropas vermelhas da Rússia não puderam alcançar a Hungria e o espírito de sacrifício do proletariado húngaro não foi maior do que o espírito de sacrifício do proletariado da Europa Ocidental. No momento histórico atual o governo dos Soviotes retirava-se para dar ao país a possibilidade de entrar em negociações com a 'Intesa'; retirava-se para não fazer sangrar o proletariado húngaro, para salvá-lo e conservá-lo no interesse da revolução mundial, porque um dia a grande hora da revolução socialista mundial deverá realmente explodir".

No último número comunista do *Vörös Ljság* (2 de agosto) a situação criada para o proletariado húngaro por seus órgãos tradicionais era exposta assim:

"O proletariado húngaro sabe o que o espera, se não eliminar imediatamente os assassinos que tem em casa? Sabe

o proletariado de Budapeste o destino que o aguarda, se não encontrar a força para se opor ao bando de saqueadores que se introduziu no Estado proletário? O terror branco e o terror vermelho unirão suas forças para reinar sobre o proletariado húngaro, o açoite adogará as torturas da fome, o trabalho produtivo será distinguido pela pilhagem das nossas máquinas e pela demolição das nossas oficinas.

“A aristocracia da classe operária, todos aqueles que, durante a Ditadura Proletária, somente uma vez dirigiram a palavra ao proletariado, prestarão contas de suas ações às baionetas e às metralhadoras dos rumenos. A ‘verdadeira’ democracia será instaurada na Hungria, porque todos aqueles que podiam dizer alguma coisa serão iguallados no repositório do túmulo, e os outros desfrutarão os mesmos direitos ao açoite dos algozes. A disputa entre Partido e Sindicato cessará, pois durante muito tempo não haverá na Hungria Partido ou sindicatos: a disputa para decidir se a Ditadura deve servir da força ou da docura terminará, pois a burguesia e os algozes já terão decidido o método da sua ditadura: centenas de forças anunciarão como a disputa acabou a favor da burguesia, pela fraqueza do proletariado.”

FORMAMOS OS SOVIETES?

Artigo de Bordiga publicado, com uma sigla, no Soviet, no dia 21 de setembro de 1919.

Dois artigos nossos do número precedente, um dedicado à análise do sistema de representação comunista, o

outro à exposição da tarefa atual do nosso partido, concluíam convergindo no problema relacionado com a possibilidade e conveniência de, hoje em dia, serem constituídos conselhos dos operários e camponeses, enquanto o poder da burguesia continua em pé.

O companheiro Ettore Croce, em um artigo publicado no *Avanti!*, discutindo a nossa tese abstencionista, pede que antes de se desembargar da arma envelhecida da ação parlamentar, possa-se ter uma outra nova já pronta, e augura a formação dos Sovietes.

No último número esclarecemos a distinção entre a tarefa técnico-econômica e aquela política da representação soviética, demonstrando que os verdadeiros órgãos da ditadura proletária são os Sovietes políticos locais e centrais, nos quais os operários não figuram subdivididos por categorias de profissão.

Ao lado desses órgãos cuja autoridade máxima é o Comité Central Executivo que nomeia os Comissários do Povo, há todo um entrelaçamento dos órgãos econômicos, baseados sobre os Conselhos de Fábrica e sobre os sindicatos profissionais, e que representam a chefia do Conselho Central de Economia.

Na Rússia, enquanto, repetimos, no CCE e no Soviete dos Sovietes não existem representações profissionais, mas somente de distritos territoriais, no Conselho da Economia, o órgão que atua tecnicamente as deliberações de socialização da assembleia política, figuram as federações de profissões e os conselhos econômicos locais.

O *Ordine Nuovo* de 16 de agosto trazia um artigo interessante sobre o mecanismo soviético de socialização.

Nesse artigo estava exposto como em uma primeira fase, definida como anarco-sindicalista, os Conselhos de Fábrica concentraram em suas mãos o gerenciamento da produção, mas como em seguida, na fase sucessiva de centralização, eles foram perdendo importância até se tornarem simples representação dos interesses do trabalho e da socie-

dade de ajuda mútua e educação entre os operários de um estabelecimento.

Se passamos ao movimento comunista germânico, veremos no programa da Liga Spartacus que os COS (Conselhos de Operários e Soldados), órgãos que substituem os Parla-mentos e Conselhos comunais burgueses, são coisas bem diferentes dos Conselhos de Fábrica que (art. 7 do Cap. III) *de acordo com os Conselhos dos Operários regulam as condições de trabalho, e controlam a produção para, no fim, assumir a direção do exercício.*

A direção das fábricas, de acordo com a prática russa, acabou sendo constituída somente por um terço da representação dos Conselhos de Fábrica, por um terço da representação do Conselho Supremo da Economia e por um terço da representação da Federação Central da Indústria (interesses da aristocracia operária — interesses gerais da sociedade — interesses da técnica industrial do ramo).

Na Alemanha, ainda, as eleições do COS dão-se com o seguinte mecanismo: para cada 1000 eleitores um membro do Conselho — somente as grandes fábricas com mais de 1000 operários têm um corpo eleitoral próprio —; as pequenas fábricas e os desempregados votam com o método estabelecido pela comissão eleitoral, de acordo com as várias organizações profissionais.

Parece-nos haver razões suficientes para se declarar em favor de um sistema de representação claramente distinto em duas partes: econômica e política.

Para as funções econômicas cada fábrica terá seu Conselho de Fábrica eleito pelos operários, Conselho que terá ingerência na socialização e na futura direção do estabelecimento, de acordo com critérios oportunos.

Para a função política, isto é, para a formação dos órgãos locais e centrais do poder, as eleições dos conselhos proletários serão feitas com listas nas quais — excluídos rigorosamente os burgueses, ou seja, aqueles que de uma maneira ou de outra vivem do trabalho alheio — figurem

todos os proletários, indiscriminadamente, qualquer que seja a sua profissão, e também se desempregados por justa razão ou incapazes para o trabalho.

Estabelecido isso, podem, devem-se formar os Sovietes?

Se falamos dos Conselhos de Fábrica, eles já se vão desenvolvendo sob forma de comissões internas, no molde do sistema inglês dos Shop Steward; e como eles são organismos que representam os interesses da aristocracia operária, pode-se determinar a formação também enquanto a fábrica ainda é propriedade do capital privado; aliás, sem dúvida será vantajoso encorajar a constituição desses Conselhos de Fábrica, sem, porém, se ludir demasiadamente sobre seu valor revolucionário intrínseco.

Chegamos ao problema mais importante: aquele dos Sovietes políticos.

O Soviete político representa os interesses coletivos da classe trabalhadora, pelo fato de que ela não divide o poder com a classe burguesa, mas conseguir derrubá-la excluindo-a do poder.

Todo o valor e a força do Soviete está, portanto, não em uma estrutura especial, mas no fato de ser esse o órgão de uma classe que toma para si toda a direção da gestão social. Cada membro do Soviete é um proletário, consciente de exercer a Ditadura junto à própria classe.

Se a classe burguesa ainda está no poder, mesmo tendo a possibilidade de convocar eleitores proletários para elegerem seus delegados (pois não é o caso de passar pelos sindicatos ou pelas comissões internas existentes), não se faria outra coisa que não fosse a imitação formal de uma instituição futura, mas que faltaria em seu fundamental caráter revolucionário.

Aqueles que hoje podem representar o proletariado que *possibilita* assumir o poder são os operários conscientes desta perspectiva histórica, ou seja, os operários inscritos no *Partido Comunista*.

O proletário que luta contra o poder burguês é representado pelo seu *partido de classe*, mesmo que este represente uma corajosa minoria.

Os Sovietes de amanhã devem ter sua gênese nas seções locais do Partido Comunista. Estas terão prontos os elementos que, logo após a vitória revolucionária, serão propostos à votação da massa eleitoral proletária para constituir os Conselhos dos delegados operários locais.

Mas para poder assumir essas funções, o Partido Comunista deve abandonar as eleições de representantes nos *órgãos da democracia burguesa*. As razões dessa afirmação são evidentes.

O Partido deve ser composto somente por indivíduos preparados para as responsabilidades e os perigos da luta no período da insurreição e naquele da reorganização social.

A conclusão de abandonar as eleições somente quando tivermos os Sovietes prontos é errônea. Um melhor exame da questão leva, no entanto, a esta outra conclusão: o órgão da revolução, enquanto existir o poder burguês, é o Partido de classe; depois da derrubada deste, é a rede dos Conselhos Operários.

O Partido de classe não pode ser considerado como tal e ao mesmo tempo preparar-se para assaltar o poder burguês para substituir a democracia parlamentar pelo sistema soviético, sem renunciar ao envio de seus representantes aos órgãos burgueses.

Esta renúncia, que tem formalmente valor negativo, é a primeira condição para mobilizar as forças do proletariado comunista.

Não querer fazê-la quer dizer reputar inútil o fato de se pôr em condição de aproveitar a primeira ocasião conveniente para declarar a guerra de classes.

A.B.

Sindicalismo e Conselhos

Artigo publicado no dia 8 de novembro de 1919, no n.º 25 do Ordine Nuovo. Não assinado, mas de Gramsci.

Somos nós sindicalistas? O movimento dos comissários de repartição, iniciado em Turim, nada mais é do que a ênfase encarnação localista da teoria sindicalista? E ele, realmente, o pequeno turbilhão que pré-annuncia as devastações do ciclone sindicalista de marca indígena — daquele conglomerado de demagogia de ênfase verbalismo pseudo-revolucionário, de espírito indisciplinado e irresponsável, de exaltação maníaca de poucos indivíduos de inteligência limitada (pouco cérebro e muita garganta) que até agora conseguiram, algumas vezes, saquear a vontade das massas, que permanecerá nos anais do movimento operário italiano marcado pela etiqueta: sindicalismo italiano?

* * *

A teoria sindicalista faltu completamente na experiência concreta das revoluções proletárias. Os sindicatos demonstraram a sua incapacidade orgânica para incorporar a Ditadura Proletária. O desenvolvimento normal do Sindicato está assinalado por uma linha de decendência do espírito revolucionário das massas: aumenta a força material, esmorece ou desaparece completamente o espírito de conquista, debilita-se o impulso vital, à intransigência heróica sucede a prática do oportunismo, a prática "do pão e da manteiga". O incremento quantitativo determina um empobrecimento qualitativo e uma acomodação fácil nas formas sociais capi-

talistas, determina o surgimento de uma psicologia operária piohenta, estreita, de pequena e média burguesia. E mesmo assim a tarefa elementar do sindicato é a de recrutar "toda" a massa, de absorver nos seus quadros todos os trabalhadores da indústria e da agricultura. O meio, portanto, não é conveniente ao fim, e como o meio não é mais do que um momento do fim que se realiza, que acontece, deve-se concluir que o sindicalismo não é meio para a revolução, não é um momento da revolução proletária, não é a revolução que se realiza, que acontece: o sindicalismo não é revolucionário, a não ser pela possibilidade gramsciana de unir as duas expressões.

* * *

O sindicalismo revelou-se nada mais do que uma forma da sociedade capitalista, não uma potencial superação da sociedade capitalista. Ele organiza os operários não como produtores, mas como assalariados, isso é, como criaturas do regime capitalista de propriedade privada, como vendedores da mercadoria trabalho. O sindicalismo une os operários segundo o instrumento de trabalho, ou segundo a matéria a ser transformada, isto é, o sindicalismo une os operários de acordo com a forma que o regime capitalista lhes imprime, o regime do individualismo econômico. O fato de servir-se de um instrumento de trabalho de preferência a outro, ou modificar uma determinada matéria de preferência a outra, revela capacidade e atitudes desiguais em relação ao esforço e ao ganho: o operário fixa-se nessa sua capacidade e nessa sua atitude e a concebe não como um momento da produção, mas como um simples meio de ganhar dinheiro.

O sindicato de profissão ou de indústria, unindo com os seus companheiros daquela profissão ou daquela indústria aqueles que no trabalho usam o mesmo instrumento, ou que transformam a mesma matéria que ele transforma, contribui para fortalecer essa psicologia, contribui para afastá-lo sempre mais de uma possível ideia de se imaginar como pro-

dutor, e o leva a se considerar "mercadoria" de um mercado nacional e internacional que estabelece, com o jogo da concorrência, o próprio preço, o próprio valor.

O operário pode se imaginar como produtor somente se se imagina como parte não rescindível de todo o sistema de trabalho que se resume no objeto fabricado, somente se vive a unidade do processo industrial que pede a colaboração do sergente, do operário qualificado, do empregado da administração, do engenheiro, do diretor técnico. O operário pode conceber-se como produtor se — depois de ter-se inserido psicologicamente no determinado processo produtivo de uma determinada oficina (por exemplo, em Turim, de uma oficina automobilística) e depois de ter-se imaginado como um fator necessário e insuprível da atividade de um complexo social que produz o automóvel — supera esta fase e vê toda a atividade turinense da indústria produtora de automóveis, e concebe Turim como uma unidade de produção caracterizada pelo automóvel e concebe uma grande parte da atividade geral do trabalho turinense como existente e se desenvolvendo somente porque a indústria do automóvel existe e se desenvolve, e, portanto, concebe os trabalhadores dessas múltiplas atividades gerais como sendo, também eles, produtores da indústria automobilística, pois criam as condições necessárias e suficientes para a existência dessa indústria. Partindo dessa célula, a fábrica, vista como unidade, como ato criador de um determinado produto, o operário eleva-se à compreensão de unidades sempre mais vastas, até a nação, que é no seu todo um gigantesco aparato de produção caracterizado pelas suas exportações, pela soma de riquezas que troca com uma soma equivalente de outras riquezas que confluem de todas as partes do mundo, pelos outros múltiplos aparatos gigantescos de produção em que se distingue o mundo. O operário, então, é produtor, pois adquiriu a consciência da sua função no processo produtivo, em todos os seus graus, da fábrica à nação, ao mundo; ele então sente a classe e torna-se comunista, porque a propriedade privada não é função de produtividade, e torna-se revolucionário pois

concebe o capitalista, o proprietário privado, como um ponto morto, como um estorvo que deve ser eliminado. Concebe, então, o Estado, concebe uma organização complexa da sociedade, uma forma concreta da sociedade, pois ela não é mais do que a forma do gigantesco aparato de produção que reflete, com todas as proporções e as relações e as funções novas e superiores exigidas pela sua desmedida grandeza, a vida da oficina, que representa o complexo harmonizado e hierarquizado das condições necessárias para que sua indústria, para que sua oficina, para que sua personalidade de produtor viva e se desenvolva.

* * *

A prática italiana do sindicalismo pseudo-revolucionário é negada pelo movimento turinense dos comissários de departamento, assim como também a prática do sindicalismo reformista é negada duplamente, pois o sindicalismo reformista representa a superação do sindicalismo pseudo-revolucionário. De fato, se o Sindicato pode dar aos operários somente "pão e manteiga", se ele pode somente, em regime burguês, assegurar um mercado estável dos salários, pode eliminar alguns dos maiores perigos para a integridade física e moral do operário — é evidente que a prática reformista, melhor do que aquela pseudo-revolucionária, obteve estes resultados. Se a um instrumento pede-se mais do que ele pode dar, se se faz acreditar que um instrumento possa dar mais do que sua natureza permite, cometem-se somente absurdos, desenvolve-se uma ação puramente demagógica. Os sindicalistas pseudo-revolucionários da Itália frequentemente são levados a discutir se não convém fazer do Sindicato (por exemplo, do sindicato ferroviário) um círculo fechado, que compreenda somente os "revolucionários", a minoria audaz que arraste as massas frias e indiferentes; ou seja, eles são levados a renegar o princípio elementar do sindicalismo, a organização de toda a massa. Porque intima e inconscientemente intuem a inutilidade da "sua" propa-

ganda, a incapacidade de dar uma forma concretamente revolucionária à consciência do operário. Porque nunca foi levantado com clareza e precisão o problema da revolução proletária, porque eles, os seguidores da teoria dos "produtores", nunca tiveram consciência de produtores; eles são demagogos, não revolucionários, são agitadores de... sangue posto em tumulto pelo fogo fátuo dos discursos, não são educadores, não formadores de consciências.

* * *

O movimento dos comissários teria nascido e se desenvolvido somente para substituir Buozzi ou D'Aragona por Borghi? O movimento dos comissários é a negação de qualquer forma de individualismos e de personalismos. Ele é o início de um grande processo histórico em que a massa trabalhadora adquire consciência de sua indivisível unidade baseada na produção, baseada no ato concreto do trabalho, e dá uma forma orgânica a essa sua consciência, construindo uma hierarquia, fazendo com que essa hierarquia saia da sua intimidade mais profunda, para que ela seja ela mesma, como vontade consciente de um determinado fim a ser atingido — de um grande processo histórico que irresistivelmente, não obstante os erros que os indivíduos possam cometer, não obstante as crises que as condições nacionais e internacionais possam determinar, irresistivelmente culminará na Ditadura Proletária, na Internacional Comunista.

A teoria sindicalista nunca manifestou uma tal concepção do produtor e do processo de desenvolvimento histórico da sociedade dos produtores; nunca indicou que se devesse imprimir esta direção e este sentido à organização dos trabalhadores. Teorizou uma forma particular de organização, o sindicato de profissão e de indústria, e construiu, de fato, sobre uma realidade, mas sobre uma realidade que tinha uma forma marcada pelo regime capitalista da livre concorrência da propriedade privada, da força de trabalho: cons-

truiu, portanto, somente uma utopia, um grande castelo de abstrações.

A concepção do sistema dos Conselhos, baseado na força da massa trabalhadora organizada por local de trabalho, por unidade de produção, tem suas origens nas experiências históricas concretas do proletariado russo, é o resultado do esforço teórico dos companheiros comunistas russos, não sindicalistas, mas socialistas revolucionários.

Pela Constituição dos Conselhos Operários na Itália

O longo ensaio de Bordiga aqui apresentado começou a ser publicado no Soviet de 4 de janeiro de 1920 e continuou nos números sucessivos de 11 de janeiro, de 1.º de fevereiro, de 11 de fevereiro e de 22 de fevereiro.

Em relação às propostas e às iniciativas para a constituição do Soviete na Itália, recolhemos bastante material, e nos reservamos expor ordenadamente os termos do assunto.

Queremos agora antecipar algumas considerações de ordem geral a que já acentuamos em nossos últimos números. O sistema de representação proletária, como foi introduzido pela primeira vez na Rússia, exerce uma dupla ordem de funções: políticas e econômicas.

As funções políticas consistem na luta contra a burguesia até a sua eliminação total.

As econômicas, na criação de todo o novo mecanismo da produção comunista.

Com o desenvolvimento da revolução, com a gradativa eliminação das classes parasitas, as funções políticas estão se tornando sempre menos importantes diante das econômicas: mas de início, e sobretudo quando ainda se trata de lutar contra o poder burguês, a atividade política tem prioridade.

O verdadeiro instrumento da luta da libertação do proletariado, e antes de mais nada, da conquista do poder político, é o partido de classe comunista.

Os conselhos operários, em regime burguês, podem ser somente organismos dentro dos quais trabalha o Partido Comunista, motor da revolução.

Dizer que eles são os órgãos de libertação do proletariado, sem falar nas funções do Partido, como no programa aprovado pelo Congresso de Bolonha, parece-nos um erro.

Afirmar, como os companheiros do *Ordine Nuovo* de Turim, que os Conselhos Operários, antes ainda da queda da burguesia já são órgãos, não somente de luta política, mas de preparo econômico-técnico do sistema comunista, não é mais do que um puro e simples retorno ao gradualismo socialista: este, chame-se reformismo ou sindicalismo, está definido pelo erro de que o proletariado possa se emancipar ganhando terreno nas relações econômicas, enquanto o capitalismo ainda detém, como o Estado, o poder político.

Desenvolveremos a crítica das duas concepções que acentuamos.

* * *

O sistema de representação proletária deve aderir a todo o processo técnico de produção.

Este critério é exato, mas corresponde ao estágio em que o proletariado, já no poder, organiza a nova economia. Transportem-no, sem mais nem menos, ao regime burguês e vocês não terão feito nada de revolucionário.

Também no período em que se encontra a Rússia, a representação política soviética — ou seja, a escala que culmina no governo dos Comissários do Povo — não parte dos grupos de trabalho ou dos setores de oficina, mas do Soviete administrativo local eleito diretamente pelos trabalhadores (agrupados, se possível, por comunidade de trabalho).

Para deixar bem claro, o Soviete de Moscou é eleito pelos proletários de Moscou na razão de 2 000 para delegado. Entre este e os eleitores não existe nenhum órgão intermediário. Dessa primeira designação partem as sucessivas, ao Congresso dos Sovietes, ao Comité Executivo, ao governo dos comissários.

O *Conselho de Fábrica* toma lugar em uma engrenagem muito diferente: naquela do *controle operário* da produção. Conseqüentemente o Conselho de Fábrica, constituído por um representante para cada setor, não designa o representante da fábrica no Soviete comunal administrativo-político: esse representante é eleito direta e independentemente.

Na Rússia os Conselhos de Oficina são o ponto de partida — subordinado sempre à rede política dos Sovietes — de um outro sistema de representação: aquele do controle operário e da economia popular.

A função de *controle* na oficina tem valor revolucionário e expropriador somente depois do poder central ter passado para as mãos do proletariado.

Quando ainda vigora a proteção do Estado burguês, o Conselho de Fábrica nada controla: as poucas funções que consegue são o resultado da prática tradicional: a) do reformismo parlamentar; b) da ação sindical de resistência que não cessa de ser *uma inventada* reformista.

Concluímos: não somos contrários à constituição dos conselhos internos de fábrica quando solicitados pelas próprias aristocracias operárias ou pelas suas organizações.

Mas afirmamos que a atividade do Partido Comunista deve alicerçar-se sobre uma outra base: sobre a luta pela conquista do poder político.

Esta luta pode encontrar campo oportuno na criação de uma representação operária: mas esta deve consistir nos conselhos operários urbanos ou de distrito rural, eleitos diretamente pelas massas para estarem prontos a substituir os conselhos municipais e os órgãos locais do poder estatal no momento do desmoronamento das forças burguesas.

Apresentada assim brevemente a nossa tese, reservamos nos fornecer uma ampla documentação e demonstração, a menos que juntemos o nosso trabalho em um relato para a próxima convenção da fração comunista.

Antes de penetrarmos na discussão do problema prático da constituição dos Conselhos de Operários, Camponeses e Soldados na Itália, e depois das considerações gerais contidas no artigo que publicamos no último número, queremos nos deter para examinar as linhas programáticas do sistema soviético como se acham nos documentos da Revolução Russa, e nas declarações de princípio de algumas correntes maximalistas italianas, como o programa aprovado no Congresso de Bolonha, a moção apresentada no mesmo Congresso por Leone e outros companheiros, as publicações do *Ordine Nuovo*, referentes ao movimento dos Conselhos de Fábrica turinenses.

Os Conselhos e o programa bolchevique

Nos documentos da III Internacional e do Partido Comunista Russo, nas relações magistrais daqueles doutrinários que são os chefes do movimento revolucionário russo, Lênin, Zinoviev, Radek, Bukarin, volta à memória o conceito de que a Revolução Russa não inventou formas novas e imprevisíveis, mas confirmou as previsões da teoria marxista sobre o processo revolucionário.

O que é substancial no grandioso desenvolvimento da Revolução Russa é a conquista, por meio de uma verdadeira guerra de classes, do poder político por parte das massas operárias, e a instauração da sua ditadura.

Os Sovietes — não é necessário lembrar que a palavra *soviete* significa simplesmente *conselho* e pode ser usada para indicar qualquer corpo representativo — os Sovietes, em seu significado histórico, são o sistema de representação de classe do proletariado chegado à posse do poder.

Eles são os órgãos que substituem o Parlamento e as assembleias administrativas burguesas, e pouco a pouco vão substituindo todas as outras engrenagens do Estado.

Para dizer com as palavras do companheiro Zinoviev, no último congresso comunista russo, os *soviets* são as *organizações de Estado da classe operária e dos agricultores pobres, que executam a Ditadura do Proletariado durante a fase em que se extinguem gradualmente todas as antigas formas do Estado.*

O sistema destas organizações estatais tende a dar a representação à todos os produtores enquanto membros da classe trabalhadora, mas não como participantes de uma categoria profissional ou de um ramo de indústria. Segundo o último manifesto da III Internacional, os Sovietes são um *novo tipo de organização ampla que abrange todas as massas operárias independentemente da sua profissão ou do nível de sua cultura política.* A rede administrativa dos Sovietes tem como organismos de primeiro grau os conselhos urbanos ou de distrito rural, e culmina no governo dos comissários.

De fato, é verdade que ao lado deste sistema surgem, na fase da transformação econômica, outros órgãos, como o sistema do controle operário e da economia popular; é verdade também, como tantas vezes dissemos, que este sistema tenderá a absorver o sistema político, quando a exploração da burguesia for completa e cessar a necessidade do poder estadual.

Mas no período revolucionário o problema essencial, como resulta de todos os documentos dos russos, é o de, no espaço e no tempo, subordinar ao interesse geral do movimento revolucionário os interesses e as exigências locais e de categorias.

Quando a fusão dos dois organismos tiver acontecido, a rede da produção será completamente comunista e então realizar-se-á aquele critério, que nos parece estar sendo avanhado exageradamente, de uma articulação perfeita da representação com todos os mecanismos do sistema produtivo.

Antes disso, quando a burguesia ainda resiste, principalmente enquanto ainda está no poder, o problema é ter uma representação na qual prevaleça o critério do interesse geral; e quando a economia ainda é aquela do individualismo e da concorrência, a única forma em que aquele superior interesse coletivo pode se manifestar é uma forma de representação política na qual atue o partido político comunista.

Volando à questão demonstraremos como o querer concretizar e sistematizar demais a representação soviética, especialmente onde a burguesia ainda está no poder, significa pôr o carro adiante dos bois e recair nos velhos erros do sindicalismo e do reformismo.

Chamam, por enquanto, as palavras nada equívocas de Zinoviev.

O Partido Comunista reúne aquela vanguarda do proletariado que luta, conscientemente, pela realização prática do programa comunista. Este esforça-se principalmente para introduzir o seu programa nas organizações do Estado, os Sovietes, e de assim obter um domínio completo.

Em conclusão, a república soviética russa é dirigida pelos Sovietes que abrigam dez milhões de trabalhadores, sobre mais ou menos oitenta milhões de habitantes. Substancialmente, porém, as designações para os comitês executivos dos Sovietes locais e centrais dão-se nas sessões e nos congressos do grande partido comunista que domina nos Sovietes. Isso corresponde à enérgica defesa feita por Radek das funções revolucionárias das minorias. Será bom não criar um fetichismo majoritário-operário que daria toda a vantagem ao reformismo e à burguesia.

O partido está na primeira linha na revolução, pois é constituído potencialmente por homens que pensam e agem

como membros da futura humanidade trabalhadora, na qual todos serão produtores inseridos harmonicamente em uma maravilhosa engrenagem de funções e de representações.

O programa de Bolonha e os conselhos

É deplorável que no actual programma do Partido não se encontre a proposição marxista, no sentido em que o partido de classe é o instrumento da emancipação proletária; e se encontre só o insignificante comentário: *deibera* (quem? nem a gramática se salvou na pressa de deliberar... para as eleições) informar a organização do Partido Socialista Italiano sobre os princípios já expostos.

Deve-se ainda discutir sobre o parágrafo que nega a transformação de qualquer órgão do Estado em órgão para a luta de libertação do proletariado, mas isso será objeto de outra discussão, sempre que seja precedida pelo indispensável esclarecimento dos termos.

Mas divergimos ainda mais do programma onde ele menciona que os novos órgãos proletários funcionarão inicialmente no domínio burguês, como instrumentos da violenta luta de libertação, e depois tornar-se-ão organismos de transformação social e económica, pois constam entre esses órgãos não somente os Conselhos dos trabalhadores, camponeses e soldados, mas até os *Conselhos da economia pública*, órgãos inconcebíveis em regime burguês.

Também os conselhos políticos operários podem se considerar mais instituições dentro das quais se desenvolve a ação dos comunistas para a libertação do proletariado.

Mas também recentemente o companheiro Serrati desprestigiu, em opposição a Marx e a Lênin, a tarefa do partido de classe na revolução.

"Com a massa operária" — diz Lênin — "o partido politico marxista, centralizado, vanguarda dos proletários, guiará o povo no caminho certo, para a ditadura vitoriosa do proletariado, para a democracia proletária ao invés da

burguesa, para o poder dos conselhos, para a ordem socialista."

O actual programma do partido ressentente-se de escrupulos de libertação e de falta de preparo doutrinario.

Os conselhos e a moção Leone

Essa moção resumia-se em quatro pontos expostos no suggestivo estilo do autor.

O primeiro desses pontos é maravilhosamente inspirado na constatação que a luta de classes é o verdadeiro motor da história, e despedaçou as uniões social-nacionais.

Mas em seguida a moção exalta nos Sovietes os órgãos da synthese revolucionaria que eles teriam a virtude de oriar quase que pelo próprio mecanismo da sua constituição, e afirma que os Sovietes sozinhos podem levar ao triunfo as grandes iniciativas historicas, acima das escolas, dos partidos, das corporações.

Este conceito de Leone, e dos vários companheiros que assinaram a sua moção, é muito diferente do nosso, que deluzimos do marxismo e das orientações da Revolução Russa. Trata-se de superestimar uma *forma* ao invés de uma *força*, analogamente ao que os sindicalistas faziam do Sindicato, atribuindo à sua prática minimalista a virtude taumatúrgica do se dissolver na revolução social.

Como o sindicalismo foi demolido antes da critica dos verdadeiros marxistas e depois pela experiencia dos movimentos sindicais que em todos os lugares colaboraram com o mundo burguês fornecendo-lhe elementos de conservação, assim o conceito de Leone cai diante da experiencia dos Conselhos Operários social-democráticos, contra-revolucionários, que são justamente aqueles nos quais não houve uma penetração vitoriosa do programma politico comunista.

Somente o partido pode concentrar em si as energias dinâmicas revolucionárias da classe. Seria uma intriga objectar que também os partidos socialistas transigiram, desde que não prestigiamos a virtude da *forma*: o Partido, mas

a do conteúdo dinâmico que se encontra unicamente no Partido Comunista.

Cada partido define-se pelo próprio programa e suas funções não encontram campo de analogia com aquelas de outros partidos, enquanto necessariamente as funções reúnem entre si todos os sindicatos no sentido técnico, e também todos os Conselhos Operários.

O erro dos partidos social-reformistas não foi o de serem partidos, mas de não serem comunistas e revolucionários.

Estes partidos fizeram a contra-revolução, enquanto em luta com eles os partidos comunistas dirigiam e alimentavam a ação revolucionária.

Não existem, portanto, organismos revolucionários por uma virtude de forma; existem somente forças sociais revolucionárias pela direção em que agem, e estas forças resumem-se num partido que luta com um programa.

Os conselhos e a iniciativa do Ordine Nuovo de Turim

Ainda mais longe, na nossa opinião, vão os companheiros do *Ordine Nuovo*. Eles nem sequer estão contentes com o texto do programa do Partido, pois exigem que os Sovietes, inclusive aqueles de índole técnico-econômica (os Conselhos de Fábrica), não somente existam e sejam órgãos da luta de libertação proletária em regime burguês mas inclusive já sejam órgãos da reconstrução da economia comunista.

De fato, eles imprimem no seu jornal o trecho do programa do Partido por nós já citado acima, omitindo algumas palavras que mudam seu significado, segundo seu ponto de vista sobre eles:

"Deverão ser colocados em oposição novos órgãos proletários (conselhos de trabalhadores, camponeses e soldados, conselhos da economia pública, etc.)."

"(...) Organismos de transformação social e econômica e de reconstrução da nova ordem comunista."

Mas o artigo já está longo demais e transferimos para o próximo número a exposição da nossa profunda discor-

dância em relação a esse critério que, a nosso ver, oferece o perigo de se resolver em uma simples experiência reformista com a modificação de certas funções dos sindicatos, e possivelmente com a promulgação de uma lei burguesa para os Conselhos Operários.

Concluindo o segundo artigo referente à constituição dos Sovietes na Itália, acenávamos ao movimento turinense para a constituição dos Conselhos de Fábrica.

Não compartilhamos o ponto de vista em que se inspiram nossos companheiros do *Ordine Nuovo* e, mesmo reconhecendo seu esforço tenaz por uma melhor consciência dos pontos básicos do comunismo, acreditamos que tenham incorrido em erros não pequenos, de princípio e de tática.

Segundo eles, o fato principal da revolução comunista está justamente na constituição dos novos órgãos de representação proletária destinados à administração direta da produção, cujo caráter fundamental é o de aderir fortemente ao processo produtivo.

Já dissemos que nos parece haver muito exagero a respeito deste conceito da coincidência formal entre as representações da classe operária e os diferentes agregados do sistema técnico-econômico de produção. Esta coincidência tenderá a se verificar num estágio muito avançado da revolução comunista, quando a produção será socializada e cada atividade isolada que a constitui será harmonicamente subordinada e inspirada nos interesses gerais e coletivos.

Antes disso, e durante o período de transição da economia capitalista comunista, os agrupamentos de produtores atravessam um período de transformações contínuas, e seus interesses podem vir a se chocar com aqueles gerais e coletivos do movimento revolucionário do proletariado.

Este encontrará seu verdadeiro instrumento numa representação da classe proletária na qual cada indivíduo entre como membro desta classe, interessado em uma mudança radical das relações sociais, e não como componente de uma categoria profissional, de uma fábrica ou de qualquer grupo local.

Enquanto o poder político ainda se acha nas mãos da classe capitalista, uma representação dos interesses revolucionários comuns do proletariado não pode ser obtida a não ser no terreno político, num partido de classe que recolha as adesões pessoais daqueles que superaram, para se dedicar à causa da revolução, a visão limitada do interesse egoístico, do interesse de categoria, e às vezes até do interesse de classe, no sentido de que o Partido admite em seu seio também os desertores da classe burguesa que estiverem a favor do programa comunista.

É um grave erro imaginar que, transportando para o ambiente proletário atual, entre os assalariados do capitalismo, as estruturas formais que poderiam formar-se pela gestão da produção comunista, determinem-se forças por si mesmas, e por virtude revolucionária intrínseca.

Este foi o erro dos sindicalistas e este também é o erro dos adeptos exageradamente exaltados dos Conselhos de Fábrica.

Oportunamente, em um artigo no *Comunismo*, o companheiro C. Niccolini alerta que na Rússia, mesmo depois da transferência do poder para o proletariado, os Conselhos de Fábrica freqüentemente criaram obstáculos às medidas revolucionárias, contrapondo, ainda mais do que os sindicatos, as pressões de interesses limitados para o desenvolvimento do processo comunista.

Os Conselhos de Fábrica nem sequer são, na engrenagem da economia comunista, os principais gerenciadores da produção.

Nos órgãos que acumulam essa tarefa (Conselhos da Economia Popular), os Conselhos de Fábrica têm representações de menor peso do que aquelas dos sindicatos de profissão e aquelas dominantes do poder proletário estatal, que com sua engrenagem política centralizada é o instrumento e o fator primordial da revolução, não somente como luta contra a resistência política da classe burguesa, mas também como processo de socialização da riqueza.

No ponto em que estamos, isto é, quando o Estado do proletariado é ainda uma aspiração programática, o problema fundamental é aquele da conquista do poder por parte do proletariado, e, melhor ainda, do proletariado comunista, ou seja, dos trabalhadores organizados em partido político de classe e decididos a exercer a forma histórica do poder revolucionário, a Ditadura de Proletariado.

* * *

O mesmo companheiro A. Tasca no n.º 22 do *Ordine Nuovo* expõe claramente seu desacordo ao programa da maioria maximalista do Congresso de Bolonha e mais ainda de nós, abstencionistas, no seguinte trecho que vale a pena reproduzir:

"Um outro ponto do novo programa do Partido merece ser considerado: os novos órgãos proletários (Conselhos dos Trabalhadores, Camponeses e Soldados, Conselhos da Economia Pública, etc.) que funcionavam anteriormente (em domínio burguês) como instrumentos da violenta luta de libertação, tornam-se depois organismos de transformação social e econômica, e de reconstrução da nova ordem comunista.

"Tínhamos insistido, em reunião de comissão, sobre o erro de tal formulação, que confiava aos novos órgãos funções diferentes de acordo com um antes e um depois, separados pela conquista do poder por parte do proletariado.

"Gennari tinha prometido modificar com um 'desde antes' *preratamente* como instrumento, etc.', mas depois disso que abandonou a idéia e eu, ausente por força maior na última reunião, não pude fazê-lo reconsiderar.

"Há, porém, nesta formulação um verdadeiro ponto de discordância que, enquanto aproxima Gennari, Bombacci, etc., dos abstencionistas, afasta-os daqueles que acreditam

* Cf. ANGELO TASCA, *Impressioni del Congresso Socialista*, p. 171.

que os novos órgãos operários não podem ser 'instrumentos da violenta luta de libertação' a não ser enquanto se tornam já (não depois) 'organismos de transformação social e econômica'. A libertação do proletariado exerce-se precisamente mediante a exposição de sua capacidade em dirigir de forma autônoma e original as funções da sociedade criada por si e para si: a libertação está na criação destes órgãos que vivem e funcionam, provocando por isso somente uma transformação social e econômica que constitui a sua finalidade.

"Esta não é uma questão de forma, mas de substância, e essencial. Na formulação atual, repetimos, os compiladores acabam aderindo a concepção de Bordiga, que dá mais importância à conquista do poder do que à formação dos Sovietes, a quem reconhece por enquanto mais uma função 'política' *stricto sensu* do que orgânica de 'transformação econômica e social'.

"Como Bordiga considera que o Soviete integral será criado somente durante o período da ditadura proletária, assim Gennari, Bombacci, etc., consideram que somente a conquista do poder (que assume portanto um caráter político, isso é, nos leva de volta aos já superados 'poderes públicos') possa dar aos Sovietes suas funções reais e completas. É justamente aqui, na nossa opinião, o ponto central que nos deve conduzir, antes ou depois, a uma nova revisão do programa que acabamos de votar."

Não nos delongamos em demonstrar como esse conceito se inclina ao do reformismo, e se afasta das bases do marxismo revolucionário, segundo as quais a revolução não se determina pela educação, a cultura, a capacidade técnica do proletariado, mas pelas crises íntimas do sistema de produção capitalista.

Assim como Enrico Leone, Tasca e seus amigos supertimaram na Revolução Russa o aparecimento de uma nova representação social, o *Soviete*, que pelas virtudes contidas na sua formação constituiria uma original solução histórica da luta das classes proletárias contra o capitalismo.

Mas os Sovietes — muito bem definidos pelo companheiro Zinoviev como as organizações de Estado da classe operária — não são mais do que os órgãos do poder proletário que exercem a ditadura revolucionária da classe trabalhadora, eixo do sistema marxista, cuja primeira experiência positiva foi a Comuna de Paris em 1871. Os Sovietes são a forma, não a causa de revolução.

* * *

Além desse dissídio, existe um outro ponto que nos separa dos companheiros turinenses.

Os Sovietes, organizações de Estado do proletariado viçorioso, são uma coisa completamente diferente dos Conselhos de Fábrica, como também não constituem o 1.º grau, o 1.º degrau do sistema soviético político. O equívoco na realidade está contido também na declaração de princípios votada pela primeira assembleia dos comissários de setor das oficinas turinenses, que começa exatamente assim¹⁰:

"Os comissários de fábrica são os únicos e verdadeiros representantes sociais (econômicos e políticos) da classe proletária, pois foram eleitos em sufrágio universal por todos os trabalhadores, no próprio lugar do trabalho.

"Nos diferentes graus da sua constituição os comissários representam a união de todos os trabalhadores, como se realizam nos organismos de produção (grupos de trabalho — setor — oficina — união das oficinas de uma determinada indústria — união dos estabelecimentos de produção da indústria mecânica e agrícola de um distrito, de uma província, de uma nação, do mundo) dos quais os conselhos ou o sistema dos conselhos representam o poder e a direção social."

Esta declaração é inaceitável, pois o poder proletário forma-se diretamente nos Sovietes municipais da cidade ou

¹⁰ Cf. "Il Programma dei Comissariat di Reparto", in *L'Ordine Nuovo*, 8 de novembro de 1919, n.º 25.

do campo sem passar pelos trâmites dos Conselhos e Comités de Fábrica, como já dissemos muitas vezes, e como resulta das claras exposições do sistema soviético russo publicadas pelo mesmo *Ordine Nuovo*.

Os Conselhos de Fábrica são organismos fadados a representar os interesses de agrupamentos de operários no período da transformação revolucionária da produção, e representam não somente a aspiração daquele grupo em se libertar, com a socialização da empresa, do capitalista privado, mas também a preocupação pela maneira como os interesses do grupo terão peso no próprio processo de socialização disciplinado pela vontade organizada de toda a coletividade trabalhadora.

Os interesses dos trabalhadores no período em que o sistema capitalista parece estável, e portanto se trata somente de influir sobre a melhor retribuição do trabalho, até agora foram representados pelos sindicatos de profissão. Esses continuam a viver durante o período revolucionário e é natural que haja choques de competência com os Conselhos de Fábrica, que surgem quando a abolição do capitalismo privado parece próxima, como aconteceu também em Turim.

Não é, porém, um grande problema de princípio revolucionário saber se os operários não organizados devem ou não participar das eleições dos comissários.

Se é lógico que eles participem, em vista do próprio caráter do Conselho de Fábrica, não nos parece porém tão lógica a mistura que em Turim quiseram fazer dos órgãos e das funções entre conselhos e sindicatos, impondo à Seção Turinense da Federação Metalúrgica fazer eleger o próprio conselho diretor, pela assembleia dos comissários de setores.

De qualquer maneira as relações entre conselhos e sindicatos como expoentes de especiais interesses particulares de grupos operários continuarão sendo muito complexas e poderão acomodarse e harmonizar-se somente num estágio muito adiantado da economia comunista, quando for redu-

zida ao mínimo a possibilidade de choques entre os interesses de um grupo de produtores e o interesse geral do andamento da produção.

* * *

O que importa estabelecer é que a revolução comunista é conduzida e dirigida por uma representação política da classe operária, que antes da derrubada do poder burguês é um partido político; depois, é a rede do sistema dos Sovietes políticos, eleitos diretamente pelas massas com o propósito de designar os representantes que tenham um determinado programa político geral, e não sejam já expoentes dos interesses limitados de uma categoria ou de uma empresa.

O sistema russo é tão bem mentado que o Soviete municipal de uma cidade é composto de um delegado para cada agrupamento de proletários, que votam um único nome.

Os delegados, porém, são propostos aos eleitores pelos partidos políticos, e assim acontece com as delegações de segundo e terceiro grau aos organismos superiores do sistema estatal.

Portanto, é sempre um partido político — o comunista — que pede e obtém dos eleitores o mandato para administrar o poder.

Certamente não dizemos que os esquemas russes devam ser adotados em todos os lugares, mas achamos que se deva procurar uma aproximação ao princípio informador da representação revolucionária, até mais do que acontece na Rússia: ou seja, superar os interesses egoístas e particulares no interesse coletivo.

Pode ser oportuno para a luta revolucionária dos comunistas constituir desde já a engrenagem de uma representação política da classe operária? É o problema que examinaremos no próximo artigo, discutindo também o projeto elaborado referente à direção do partido, e ficando estabelecido quem, como se reconhece parcialmente nesse mesmo projeto,

essa representação seria uma coisa bem diferente do sistema dos Conselhos e Comitês de Fábrica que começou a se formar em Turim.

Acreditamos ter insistido bastante sobre a diferença entre Conselho de Fábrica e Conselho Político-administrativo dos Operários e Campaneses.

O Conselho de Fábrica é uma representação de interesses operários, limitada ao ambiente restrito de uma empresa industrial. No regime comunista este é o ponto de partida do sistema de "controle operário" que tem uma certa parte no sistema dos "conselhos da economia", destinados à direção técnica e econômica da produção.

Mas o conselho de fábrica não tem qualquer ingerência no sistema dos Sovietes políticos depositários do poder proletário.

No regime burguês, portanto, não pode ser visto no Conselho de Fábrica — como também no sindicato de profissão — um órgão pela conquista do poder político.

Aliás, se vissemos um órgão de emancipação do proletariado por uma outra via que não fosse a conquista revolucionária do poder, recaririamos no erro sindicalista — e os companheiros do *Ordine Nuovo* não têm muita razão em afirmar, polemizando com *Guerra di Classe*, que o movimento dos C.d.F., assim como eles o explicam, em um certo sentido não seja sindicalismo.

O marxismo caracterizava-se pela participação profetizadora da luta de emancipação proletária em grandes fases históricas, em que têm valor muito diferente a atividade política e a econômica: luta pelo poder — exercício do poder (*Ditadura do Proletariado*) na transformação da economia — sociedade sem classes e sem Estado político.

Fazer coincidir, na função dos órgãos de libertação do proletariado, os momentos do processo político com os do processo econômico, quer dizer acreditar naquela caricatura pequeno-burguesa do marxismo que se poderia dizer economicismo, e classificar em reformismo e sindicalismo, e a superavaliação do Conselho de Fábrica não seria mais do que

uma outra encarnação deste velho erro, que liga o pequeno burguês Proudhon aos tantos revisionistas que acreditaram ter ultrapassado Marx.

Em regime burguês o Conselho de Fábrica é, portanto, um representante dos interesses dos operários de uma empresa, assim como também o será em regime comunista. Quando as circunstâncias exigem, ele surge, através de modificações dos métodos de organização econômica proletária. Mas, talvez mais do que o Sindicato, ele é vulnerável aos desvios do reformismo.

A velha tendência minimalista em direção à arbitragem obrigatória, à comparticipação dos operários nos interesses do capital, e portanto sua intervenção na direção e administração da fábrica, poderia encontrar nos C.d.F. a base para a elaboração de uma lei social anti-revolucionária.

Isso acontece atualmente na Alemanha entre a posição dos independentes, que, porém, não negam o princípio, mas a modalidade da lei — diversamente dos comunistas, para quem o regime democrático não pode dar vida a qualquer controle do proletariado sobre as funções capitalistas.

Portanto, deve ficar claro que é insensato falar de controle operário enquanto o poder político não estiver nas mãos do Estado proletário, em nome e no poder de quem, unicamente, poderá ser exercido tal controle, preparação para a socialização das empresas e sua administração por parte dos órgãos apropriados da coletividade.

* * *

Os Conselhos dos Trabalhadores — operários, camponeses e, no caso, soldados — são decididamente os órgãos políticos do proletariado, as bases do Estado proletário.

Os Conselhos locais urbanos e do campo substituem os Conselhos municipais do regime burguês. Os Sovietes de província ou regionais substituem os atuais conselhos de província, com a diferença de que os primeiros são designados pelos Sovietes locais em eleições de 2.º grau.

O Congresso dos Sovietes de um Estado e o Comité Executivo Central substituem o Parlamento burguês, mas são eleitos em sufrágio de 3.º e às vezes 4.º grau, ao invés de diretamente.

Não é o caso de insistir, aqui, nas outras diferenças entre as quais a mais importante é o direito de anulação dos delegados por parte dos eleitores, em qualquer momento.

A necessidade de ter um mecanismo ágil para estas anulações faz com que as eleições iniciais não aconteçam por listas, mas dando um único delegado a um agrupamento de eleitores que, possivelmente, vivam reunidos pelas condições de seu trabalho.

Mas a característica fundamental de todo o sistema não está nestas modalidades, que são coisas nada tautológicas, mas no critério que estabelece o direito eleitoral, ativo e passivo, reservado somente aos trabalhadores e negado aos burgueses.

A respeito da formação dos Sovietes municipais, incorre-se frequentemente em dois erros.

Um é o de pensar que os delegados sejam eleitos pelos Conselhos das Fabricas ou pelos Commissários de fabrica (comissões executivas dos conselhos dos commissários de setor) quando, no entanto, os delegados são eleitos (é voluntariamente que nos repetimos sobre certos pontos) diretamente pela massa dos eleitores.

Este erro é relatado no projeto Bombacci para a constituição dos Sovietes na Itália, no parágrafo VI.

O outro erro é o de pensar que o Soviete seja um organismo constituído por representantes designados, sem mais nem menos, pelo Partido Socialista, pelos sindicatos económicos e pelos Conselhos de Oficina.

Neste erro, por exemplo, incorre o companheiro Ambrosini nas suas propostas.

Um sistema como esse talvez possa servir para formar os Sovietes, em caso de necessidade, numa maneira rápida e provisória, mas não corresponde à sua estrutura definitiva.

Na Rússia uma pequena percentagem de delegados junto ao Soviete vem assim se juntar àqueles eleitos diretamente pelos proletários eleitores.

Mas na realidade o partido comunista, ou outros partidos, obtêm suas representações propondo aos eleitores membros experientes da sua organização e agitando o seu programa diante dos eleitores.

Um Soviete, na nossa opinião, é revolucionário somente quando a maioria de seus membros está inscrita no Partido Comunista.

Tudo isso, bem entendido, refere-se ao período da Ditadura Proletária.

Surge agora o grande problema. Que utilidade, que funções, que características podem ter os Conselhos Operários, enquanto dura ainda o poder da burguesia?

Na Europa Central, presentemente coexistem os Conselhos Operários e o Estado democrático burguês — tanto mais anti-revolucionário, quanto é republicano e social-democrata. Que valor tem essa representação do proletariado, se ela não é a depositária do poder e a base do Estado?

Age ela, se menos, como um órgão eficaz de luta para o exercício da Ditadura Proletária?

Um artigo do companheiro austriaco Otto Maschl, que tomou na *Nouvelle Internationale* de Genebra, responde a estas perguntas.

Ele afirma que na Áustria os Conselhos paralisaram-se por si mesmos, e abdicaram do poder nas mãos da Assembléa Nacional burguesa.

Na Alemanha, no entanto, depois de ter acontecido o mesmo, saindo — segundo Maschl — os majoritários e independentes dos Conselhos, estes tornaram-se verdadeiros centros de combate pela emancipação proletária, e Noske foi obrigado a despedirá-los e esmagá-los para que a democracia social pudesse governar.

Na Áustria, porém, conclui Maschl, a existência dos Conselhos na democracia, ou antes, a existência da democracia *apesar dos Conselhos*, prova que aqueles Conselhos

Operários estão longe de ser o que na Rússia se chamam os Sovietes. E ele exprime a dúvida de que no momento da revolução possam surgir outros Sovietes, realmente revolucionários, que se tornem os depositários do poder proletário, em lugar daqueles domesticados.

* * *

O programa do Partido aprovado em Bolonha declara que os Sovietes devem ser constituídos na Itália como órgãos de luta revolucionária. O projeto Bombacci pretende desenvolver essa proposta de constituição de maneira concreta.

Antes de nos ocuparmos das particularidades, discutiremos os conceitos gerais em que o companheiro Bombacci se inspirou.

Antes de mais nada pedimos — e não nos chamem de pedantes — um esclarecimento de forma. No período: "unicamente uma instituição nacional mais ampla do que os Sovietes poderá canalizar o período atual em direção à luta revolucionária final contra o regime burguês e a sua falsa ilusão democrática: o parlamentarismo" — deve ser compreendido que o parlamentarismo é aquela *instituição mais ampla*, ou esta *ilusão democrática*?

Temos que não tenha valor a primeira interpretação, confirmada pela convenção sobre o programa de ação dos Sovietes, que é uma estranha mistura das funções dos mesmos com a atividade parlamentar do Partido.

Se os Conselhos a serem constituídos tiverem que agir sobre esse terreno equívoco, o melhor, certamente, será não fazer nada.

Que os Sovietes sirvam para elaborar *projetos de legislação socialista e revolucionária* a serem propostos, pelos deputados socialistas, ao Estado burguês — eis uma proposta que combina com aquela relativa ao sovietismo municipal-eleitoral, tão bem aproveitada pelo nosso D. L.

No momento nós nos limitamos a lembrar aos nossos companheiros autores desses projetos uma das conclusões de

Lênin na declaração aprovada no Congresso de Moscou: "Separar-se daqueles que iludem o proletariado proclamando a possibilidade das suas conquistas no âmbito burguês e propugnando a *combinação ou a colaboração dos instrumentos de domínio burguês com novos órgãos proletários*".

Se os primeiros são os social-democratas — ainda cidadãos do nosso Partido — não devem os segundos ser reconhecidos como maximalistas eleitorais, preocupados em justificar a atividade parlamentar e comunal, com monstruosos projetos pseudo-sovietistas?

Não veem os nossos companheiros do grupo que venceu em Bolonha que eles estão fora, também daquele eleitoralismo comunista que poderia se opor — com os argumentos de Lênin e de certos comunistas alemães — ao nosso irreduzível abstencionismo de princípio?

Com este artigo temos a intenção de concluir a nossa exposição, a não ser para retomar a discussão em forma de polémica com aqueles companheiros que, em outros jornais, fizeram observações ao nosso ponto de vista.

A discussão agora já se generalizou em toda a imprensa socialista. A respeito de tudo o que lemos, o melhor foram os artigos de C. Niccolini no *Avanti!*, escritos com muita clareza e de acordo com a verdadeira concepção comunista, e com os quais concordamos plenamente.

Os Sovietes, os Conselhos dos Operários, Camponeses e Soldados são a forma que assume a representação do proletariado no exercício do poder, depois da derrubada do Estado capitalista.

Antes da conquista do poder, quando politicamente a burguesia ainda domina, pode acontecer que condições históricas especiais, provavelmente correspondentes a sérias convulsões das ordens institucionais do Estado e da sociedade, determinem o surgimento dos Sovietes, e pode ser muito oportuno que os comunistas auxiliem e estimulem o nascimento destes novos organismos do proletariado.

Deve, porém, ficar bem claro que essa formação não pode ser um processo artificial, ou a aplicação de uma receita

— e que, de qualquer maneira, o fato de terem sido constituídos os Conselhos Operários, que serão a *forma* da revolução proletária, não quer dizer que o problema da revolução tenha sido resolvido, e tampouco que tenham sido apresentadas condições infalíveis para a revolução. Esta — e mostramos os exemplos — pode faltar também onde existem os Conselhos, quando a eles não tiver sido transmitida a consciência política e histórica do proletariado, quase diria, condensada no partido político comunista.

O problema fundamental da revolução está, portanto, na tendência do proletariado a derrubar o Estado burguês e assumir o poder nas próprias mãos. Nas grandes massas da classe operária, essa tendência existe como resultado direto das relações econômicas de exploração por parte do capital, que determinam para o proletariado uma situação intolável e o incitam a infringir as formas sociais existentes.

Mas a tarefa dos comunistas é a de encaminhar esta violenta reação das massas e dar a ela uma melhor eficiência. Os comunistas — como já disse o *Manifesto* — melhor do que o resto do proletariado conhecem as condições da luta de classes e da emancipação do proletariado — a crítica que eles fazem da história e da constituição da sociedade coloca-os em posição de construir uma previsão muito exata do desenvolvimento do processo revolucionário. Por isso os comunistas constituem o partido político de classe, que se propõe a unificação das forças proletárias, a organização do proletariado como classe dominante, através da conquista revolucionária do poder.

Quando a revolução está próxima e os seus pressupostos estão maduros na realidade da vida social, deve existir um Partido Comunista forte, e sua consciência em relação aos acontecimentos que se preparam deve ser especialmente definida.

Os órgãos revolucionários que no amanhã da queda da burguesia exercerem o poder proletário e representam as bases do Estado revolucionário, têm esse papel, enquanto são guia-

dos por trabalhadores conscientes da necessidade da ditadura da própria classe — isso é, de trabalhadores comunistas. Nos lugares em que não fosse assim, estes órgãos cederiam o poder conquistado e a contra-revolução triunfaria.

Essa é a razão por que, se esses órgãos devem surgir, se os comunistas em um certo momento devem ocupar-se da sua constituição, não se deve acreditar que este seja um meio para girar as posições da burguesia e, facilmente, quase automaticamente, acabar com as suas resistências em ceder o poder.

Os Sovietes, órgãos de Estado do proletariado vitorioso, podem ser órgãos da luta revolucionária do proletariado, quando ainda impera o capitalismo no Estado?

Sim, no sentido, porém, de que eles podem constituir, em um certo estágio, o terreno apropriado para a luta revolucionária que o Partido conduz. E naquele certo estágio o Partido tem a tendência a preparar para si esse terreno, esse agrupamento de forças.

Hoje, na Itália, estamos nesse estágio de luta? Acreditamos estar muito próximos dele, mas acreditamos que exista um estágio anterior a ser superado.

O Partido Comunista, que deveria agir nos Sovietes, ainda não existe. Não dizemos que os Sovietes, para surgir, saírem por ele; pode ser que os acontecimentos se apresentem de maneira diferente. Mas então surgirá este grande perigo: a imaturidade do Partido deixará que esses organismos caiam nas mãos dos reformistas, dos cúmplices da burguesia, dos torpedeiros ou dos falsificadores da revolução.

E então, acreditamos, o problema de ter na Itália um Partido Comunista verdadeiro é muito mais urgente do que o de criar os Sovietes.

Estudar ambos os problemas e determinar as melhores condições para enfrentá-los, sem protelação, também pode ser aceitável, mas sem assegurar datas fixas e esquemáticas para uma *inauguração* quase oficial dos Sovietes na Itália.

Determinar a formação do Partido realmente comunista quer dizer separar os comunistas dos reformistas e social-democratas.

Alguns companheiros pensam que a mesma proposta de formar os Sovietes possa oferecer o terreno para essa separação.

Não acreditamos — justamente porque, na nossa opinião, o *Soviete* não é um órgão revolucionário na sua essência.

De qualquer maneira, se o nascimento dos Sovietes deve ser fonte de esclarecimento político, não vemos como se possa chegar a uma base de entendimento — como no projeto Bombacci — entre reformistas, maximalistas, sindicalistas e anárquicos.

No entanto, a criação na Itália de um movimento revolucionário sadio e eficiente jamais colocará em um primeiro plano novos organismos que se antecipem à forma futura, como os Conselhos de Fábrica e os Sovietes — assim como foi uma ilusão a de salvar do reformismo o espírito revolucionário, transportando-o para os sindicatos, consideradas como núcleo de uma sociedade futura.

Não realizaremos a seleção com uma nova receita, que não causará medo a ninguém, mas abandonando definitivamente as velhas "receitas" de métodos perniciosos e fatais.

Nós — pelas razões bem conhecidas — acreditamos que este método a ser abandonado, para fazer com que junto com ele possam ser repelidos das nossas fileiras os não comunistas, seja o método eleitoral — e não vemos um outro caminho para o nascimento de um Partido Comunista digno de aderir a Moscou.

Trabalhamos nesse sentido — começando, como diz muito bem Niccolini, por elaborar uma consciência, uma cultura política nos *chefes* através de um estudo mais sério dos problemas da revolução — menos transformados pelas espúrias atividades eleitorais, parlamentares e minimalistas. Trabalhamos nesse sentido — ou seja, fazemos mais propaganda para a conquista do poder, para a consciência daquilo que será a revolução, do que serão os seus órgãos, de com-

os Sovietes realmente agirão — e teremos trabalhado verdadeiramente para constituir os Conselhos do proletariado e para conquistar com eles a Ditadura Revolucionária que abrirá os caminhos luminosos do comunismo.

Amadeo Bordiga

O Conselho de Fábrica

O texto é de Gramsci e apareceu sem assinatura no Ordine Nuovo de 5 de junho de 1920.

A revolução proletária não é o ato arbitrário de uma organização que se diz revolucionária, ou de um sistema de organizações que se dizem revolucionárias. A revolução proletária é um longuíssimo processo histórico que acontece no nascimento e no desenvolvimento de determinadas forças produtivas (que resumimos na expressão: "proletariado") em um determinado ambiente histórico (que resumimos nas expressões: "tipo de propriedade individual, tipo de produção capitalista, sistema de fábrica, tipo de organização da sociedade no Estado democrático-parlamentar").

Em uma determinada fase deste processo, as novas forças produtivas não podem mais se desenvolver e se organizar de maneira autônoma nos esquemas oficiais em que se desenvolve a convivência humana; nesta determinada fase acontece a ação revolucionária, que consiste num esforço dirigido

a despojar violentamente aqueles esquemas, dirigido a destruir todo o aparelho de poder econômico e político, onde as forças revolucionárias estavam contidas opressivamente, que consiste num esforço dirigido a infringir a máquina do Estado burguês e a constituir um tipo de Estado em cujos esquemas as forças produtivas liberadas encontrem a forma adequada para o seu ulterior desenvolvimento, para a sua ulterior expansão, em cuja organização elas encontrem proteção e as armas necessárias e suficientes para suprimir os seus adversários.

O verdadeiro processo da revolução proletária não pode ser identificado com o desenvolvimento e a ação das organizações revolucionárias de tipo voluntário e contratual, como são o Partido Político e os Sindicatos profissionais; organizações nascidas no campo da democracia burguesa, nascidas no campo da liberdade política, como afirmação e como desenvolvimento da liberdade política. Estas organizações, enquanto representam uma doutrina que interpreta o processo revolucionário e prevê (dentro de certos limites de probabilidade histórica) o seu desenvolvimento, enquanto são reconhecidas pelas grandes massas como um seu reflexo e um seu aparelho embrionário de governo — atualmente são o sem-pre mais se tornam os agentes diretos e responsáveis pelos sucessivos atos de libertação que toda a classe trabalhadora tentará no curso do processo revolucionário. Todavia, elas não representam este processo, elas não superam o Estado burguês, elas não abrangem e não podem abranger todo o variado pulular de forças revolucionárias que o capitalismo desencadeia no seu proceder implacável de máquina de exploração e de opressão.

No período de predomínio econômico e político da classe burguesa, o verdadeiro desenvolvimento do processo revolucionário acontece sub-reptitamente, na obscuridade das fábricas e na obscuridade da consciência das multidões exterminadas que o capitalismo sujeita às suas leis: ele não é controlável e documentável, mas o será no futuro, quando os elementos que o constituem (os sentimentos, as

noções, as veleidades, os hábitos, os germens de iniciativa e de costume) ter-se-ão desenvolvido e purificado com o desenvolver-se da sociedade, com o desenvolver-se da situação que a classe operária ocupa no campo da produção.

As organizações revolucionárias (o Partido Político e o Sindicato profissional) nasceram no campo da liberdade política, no campo da democracia burguesa, como afirmação e desenvolvimento da liberdade e da democracia em geral, em um campo onde subsistem as relações de cidadão para cidadão: o processo revolucionário é exercido no campo da produção, na fábrica, onde as relações são de opressor para oprimido, de explorador para explorado, onde não existe liberdade para o operário, onde não existe democracia: o processo revolucionário é exercido onde o operário nada é e quer tornar-se tudo, onde o poder do proletariado é ilimitado, é poder de vida e de morte sobre o operário, sobre a mulher do operário, sobre os filhos do operário.

* * *

Quando dizemos que o processo histórico da revolução operária, que é imamente na convivência humana em regime capitalista, que tem suas leis em si mesmo e se desenvolve necessariamente pelo encontro de uma multiplicidade de ações incontroláveis por terem sido criadas por uma situação não desejada e não previsível pelo operário — quando dizemos que o processo histórico da revolução operária aflorou à luz, tornou-se ele então controlável e documentável?

Dizemos isso quando toda a classe operária tornou-se revolucionária, não mais com o significado de que ela se ocupa genericamente a colaborar com as instituições de governo da classe burguesa, não mais no sentido de que ela representa uma oposição no campo da democracia, mas no sentido de que toda a classe operária, como a que se encontra em uma fábrica, começa uma ação que necessariamente deve levar a configurar a sociedade humana em uma forma que é absolutamente original, em uma forma universal, que

abrangente toda a Internacional Operária e, portanto, toda a humanidade. E dizemos que o período atual é revolucionário justamente porque constatamos que a classe operária, em todas as nações, inclina-se a criar, inclina-se com todas as suas forças — mesmo entre os erros, as dúvidas, as dificuldades próprias de uma classe oprimida, que não tem experiência histórica, que deve fazer tudo do princípio — a projetar por si mesma instituições de tipo novo no campo operário, instituições de base representativa, construídas dentro de um esquema industrial; dizemos que o período atual é revolucionário porque a classe operária procura com todas as suas forças, com toda a sua vontade, fundar o seu Estado. Razão por que dizemos que o nascimento dos Conselhos Operários de Fábrica representa um grandioso acontecimento histórico, representa o início de uma nova era na história do gênero humano; para ela o processo revolucionário afirmou à luz e entra na fase em que pode ser controlado e documentado.

* * *

Na fase liberal do processo histórico da classe burguesa e da sociedade dominada pela classe burguesa, a célula elementar do Estado era o proprietário que, na fábrica, subjugava em seu proveito a classe operária. Na fase liberal o proprietário também era empregador, também era industrial: o poder industrial, a fonte do poder industrial estava na fábrica, e o operário não conseguia libertar a sua consciência da persuasão da necessidade do proprietário, cuja pessoa se identificava com a pessoa do industrial, com a pessoa do gerente responsável pela produção e, portanto, responsável também pelo seu salário, pelo seu pão, pela sua roupa, pelo seu teto.

Na fase imperialista do processo histórico da classe burguesa, o poder industrial de cada fábrica separa-se dela e se concentra em um truste, em um monopólio, em um banco, na burocracia estatal. O poder industrial torna-se irrespon-

sável e, portanto, mais autocrático, mais desajustado, mais arbitrário: mas o operário, liberto da sugestão do "chefe", liberto do espírito servil de hierarquia, movido também pelas novas condições gerais em que a sociedade se encontra por causa da nova fase histórica, o operário efetua inestimáveis conquistas de autonomia e de iniciativa.

Na fábrica a classe operária torna-se um determinado "instrumento de produção" em uma determinada constituição orgânica: cada operário passa "casualmente" a fazer parte deste corpo constituído: casualmente no que se refere à sua vontade, mas não no que se refere ao seu destino de trabalho, pois ele representa uma necessidade determinada do processo de trabalho e de produção e só por essa razão é contratado, só por isso pode ganhar o seu pão: ele é uma engrenagem na máquina-divisão do trabalho, da classe operária que se afirmou como um instrumento de produção. Se o operário adquire consciência clara dessa sua "necessidade determinada" e a coloca como base de um aparelho representativo de tipo governamental, isso é, não voluntário, contra-bulista, por meio de carteira, mas absoluto, orgânico, aderente a uma realidade que deve ser reconhecida se se quiser ter garantido o pão, a roupa, o teto, a produção industrial: se o operário, se a classe operária age desta maneira, ela realiza uma coisa grandiosa: inicia uma nova história, inicia a era dos Estados Operários que deverão se canalizar para a formação da sociedade comunista, do mundo organizado sobre a base e o tipo da grande oficina mecânica, da Internacional Comunista na qual todos os povos, cada parte da humanidade adquire forma na mesma medida em que exerce uma determinada produção preeminente, e não mais enganada por organização em forma de Estado e liver fronteiras determinadas.

Enquanto constrói esse aparelho representativo, a classe operária na realidade executa a expropriação da primeira máquina, do mais importante instrumento de produção a própria classe operária, que se reencontrou, que adquiriu consciência da sua unidade orgânica e que unida enfrenta

o capitalismo. A classe operária afirma assim que o poder industrial, que a fonte do poder industrial deve voltar à fábrica, coloca novamente a fábrica — do ponto de vista operário, como forma em que a classe operária se constitui como corpo orgânico determinado — como célula de um novo Estado, o Estado Operário, como base de um novo sistema representativo, o sistema dos Conselhos. O Estado Operário, considerando que nasce de acordo com uma configuração produtiva, já cria as condições do seu desenvolvimento, do seu dissolver-se como Estado, do seu incorporar-se orgânico num sistema mundial — a Internacional Comunista.

Como hoje, no Conselho de uma grande oficina mecânica cada *grupo* de trabalho (de profissão) une-se, do ponto de vista proletário, com os outros grupos de uma seção, cada etapa da produção industrial funde-se, do ponto de vista proletário, com as outras etapas e põe em relevo o processo produtivo; assim também no mundo o *carrão* inglês funde-se com o *petróleo* russo, o *trigo* siberiano com o *enxofre* da Sicília, o *arroz* da província de Yerecellii com a *madeira* da Stiria. . . . num organismo único, submetido a uma administração internacional, que administra a riqueza do globo em nome de toda a humanidade. Neste sentido, o Conselho Operário de Fábrica é a primeira célula de um processo histórico que deve culminar na Internacional Comunista, não mais como organização política do proletariado revolucionário, mas como reorganização da economia mundial e como reorganização de toda a convivência humana, nacional e mundial. Cada atual ação revolucionária tem valor, é historicamente real, enquanto adere a esse processo, enquanto é concebida e é um ato de libertação deste processo das superestruturas burguesas que o constroem e obstaculizam.

* * *

Os relacionamentos que devem se dar entre o Partido Político e o Conselho de Fábrica, entre o Sindicato e o

Conselho de Fábrica, implicitamente já resultam desta exposição: o Partido e o Sindicato não devem colocar-se como tutores ou como superestruturas já constituídas desta nova instituição, em que o processo histórico da Revolução toma uma forma histórica controlável; eles devem colocar-se como agentes conscientes da sua libertação das forças de compressão que se resumem no Estado burguês, devem propor-se organizar as condições externas gerais (políticas) em que o processo da revolução tenha a sua máxima rapidez, em que as forças produtivas libertadas encontrem sua máxima expansão.

Os Objetivos dos Comunistas

O artigo de Bordiga foi publicado no Soviet de 29 de fevereiro de 1920.

A revolução social acontece no seio da sociedade capitalista; amadureceu um conflito intolérável entre os produtores e os relacionados com a produção, e existe uma tendência a organizar esses relacionamentos de maneira diferente.

Esta tendência defronta-se com a força com a qual a classe dominante, interessada na conservação dos relacionamentos existentes, impede que sejam modificados, representada pelas defesas armadas cuja organização e função dependem das instituições políticas centralizadas no Estado burguês.

Para que a revolução possa providenciar o seu desenvolvimento económico, é necessário dominar esse sistema político que centraliza o poder, e o único meio do qual a classe oprimida dispõe para fazer isso é sua organização e unificação em partido político de classe.

A finalidade histórica dos comunistas é justamente a formação desse partido e a luta pela conquista revolucionária do poder.

Trata-se de libertar as forças latentes que se encarregarão da formação, com base nos melhores recursos da técnica produtiva, do novo sistema económico, forças hoje comprimidas pela estrutura política do mundo capitalista.

A obra política que, portanto, constitui a razão de ser do Partido Comunista, tem duas características substanciais: a universalidade, enquanto compreende o maior numero de proletários, age em nome da classe e não pelos interesses de grupos de trabalhadores limitados a uma profissão ou a uma localidade; e a finalidade máxima, enquanto visa um resultado não imediato e que não se pode conseguir parte por parte.

Certamente a sociedade burguesa, na sua evolução, oferece a problemas particulares outras soluções que não sejam aquela integral e final que persegue o Partido Comunista.

O próprio interesse dos proletários, enquanto é interesse contingente e limitado a grupos mais ou menos grandes, encontra possibilidade de certas satisfações do mundo burguês.

A conquista dessas soluções não é tarefa dos comunistas.

Outros órgãos proletários, tais como os sindicatos, e cooperativas, etc., assumem espontaneamente essa tarefa.

Nestas conquistas limitadas o Partido Comunista intervém somente com o fim de atrair a atenção das massas para o problema máximo e geral: o verdadeiro resultado das lutas não é o sucesso imediato, mas sim a organização sempre mais extensa dos trabalhadores — diz o *Manifesto Comunista*.

Depois da conquista revolucionária do poder, serão libertadas as forças económicas produtivas latentes, que forçavam os elos das correntes capitalistas.

Também então, a preocupação do Partido não será tanto a obra de construção económica, à qual o maravilhoso gorminar de novos organismos trará uma contribuição espontânea — porque, no conflito entre produtores e formas de produção, esta energia construtora e inovadora, que a revolução política terá posto em grau de se desenvolver, já existia —, mas ainda será tarefa do Partido a luta política contra a burguesia vencida, mas que tentará retomar o poder, e a luta pela unificação dos proletários, acima dos interesses egoístas e corporativos.

Nesse período, essa segunda ação adquirirá maior importância.

Hoje, a existência do inimigo comum burguês centralizado no Estado do capitalista sempre presente na firma, constitui o cimento natural da solidariedade proletária que surge diante da enorme solidariedade organizada no patronato.

Amanhã, quando grupos operários de uma firma, de uma localidade, de uma profissão, tiverem sido libertados da ameaça do explorador capitalista, com a força do poder proletário, antes de terem sido penetrados pela consciência política comunista na sua universalidade, os interesses locais poderão assumir aspectos de maior gravidade e prepotência. Talvez se possa procurar aqui a razão daquela providência do Estado Russo dos Soviotes, anunciada pela imprensa burguesa como dissolução dos Comités de Fábrica.

* * *

O problema mais difícil da tática comunista sempre foi o de ater-se às características de finalidade e de generalidade mencionados acima.

O esforço torturante de ater-se à implacável dialéctica marxista do processo revolucionário cedeu freqüentemente

aos desvios através dos quais a ação dos comunistas se dispersou e se esmigalhou em pretensas realizações concretas, na superavaliação de atividades especiais ou de instituições especiais, que passavam a constituir uma passarela contínua de passagem ao comunismo, que não fosse o mergulho assustador no abismo da revolução, a catástrofe marxista de onde devia irromper a renovação da humanidade.

O reformismo, o sindicalismo, o cooperativismo não têm outro caráter.

As tendências atuais com que certos maximalistas, diante da dificuldade da derrubada do poder burguês, procuram um terreno de realização, de concretização, de sistematização da sua atividade, e também as iniciativas que susperestimam a criação antecipada de órgãos da economia futura, como os Comitês de Fábrica, caem nos mesmos erros.

O maximalismo terá sua primeira vitória com a conquista de todo o poder por parte do proletariado. Em primeiro lugar, ele não tem nada a realizar além da organização sempre maior, consciente e homogênea da classe proletária no terreno político.

Sindicatos e Conselhos

Artigo de Gramsci, publicado dia 15 de junho de 1920 no Ordine Nuovo

O Sindicato não é esta ou aquela definição de Sindicato: o Sindicato torna-se uma determinada definição e assume, assim, uma determinada figura histórica enquanto

as forças e as vontades operárias que o constituem imprimem-lhe aquela direção e impõem à sua ação aquelas finalidades que estão afirmadas na definição.

Objetivamente o Sindicato é a forma que a mercadoria-trabalho assume e pode assumir sozinha em regime capitalista, quando se organiza para dominar o mercado: esta forma é uma organização constituída por funcionários, técnicos (quando são técnicos) da organização, especialistas (quando são especialistas) na arte de concentrar e de orientar as forças operárias de maneira a estabelecer com a força do capital um equilíbrio vantajoso para a classe operária.

O desenvolvimento da organização sindical está caracterizado por estes dois fatos: o Sindicato abrange uma quantidade sempre maior de operários efetivos, isto é, incorpora na disciplina da sua forma uma quantidade sempre maior de operários efetivos — o Sindicato concentra e generaliza a sua forma até repor em um escritório central o poder da disciplina e do movimento: isto é, ele se separa das massas que arremontou, põe-se fora do jogo dos caprichos, das veleidades, das volubilidades que são próprias das grandes massas tumultuosas. Assim, o Sindicato torna-se capaz de celebrar acordos, de assumir compromissos: assim ele força o empresário a aceitar uma legalidade nas suas relações com o operário, legalidade que está condicionada pela confiança que o empresário tem na *solvência* do Sindicato, na confiança que o empresário tem na capacidade do Sindicato em obter, por parte das massas operárias, o respeito aos contratos obrigatorios.

O advento de uma legalidade industrial foi uma grande conquista da classe operária, mas ela não é a última e definitiva conquista: a legalidade industrial melhorou as condições de vida material da classe operária, mas ela não é mais do que um compromisso, que foi necessário satisfazer, que será necessário suportar até que as relações de força tornem-se desfavoráveis à classe operária. Se os funcionários da organização sindical consideram a legalidade industrial como um

compromisso necessário, mas não eternamente, se eles dirigem todos os meios de que o Sindicato pode dispor, para melhorar as relações de força em sentido favorável à classe operária, se eles desenvolvem todo o trabalho de preparo espiritual e material necessário para que a classe operária possa, em um determinado momento, iniciar uma ofensiva vitoriosa contra o capital, e submetê-lo à sua lei — então o Sindicato é um instrumento revolucionário, então a disciplina sindical, mesmo quando dirigida a fazer com que os operários respeitem a legalidade industrial, é disciplina revolucionária.

* * *

As relações que devem sobrevir entre Sindicato e Conselho de Fábrica devem ser consideradas do seguinte ponto de vista: da apreciação que se dá a respeito da natureza e do valor da legalidade industrial.

O Conselho é a negação da legalidade industrial, tende a aniquilá-la a cada momento, tende incessantemente a levar a classe operária à conquista do poder industrial, a favor com que a classe operária torne-se a fonte do poder industrial. O Sindicato é um elemento da legalidade, e deve se propor a fazer com que ela seja respeitada pelos seus organizados. O Sindicato é responsável perante os industriais, mas é responsável perante estes enquanto for responsável perante seus organizados: ele garante a continuidade do trabalho e do salário, ou seja, do pão e do teto, ao operário e à família do operário. O Conselho tende, pela sua espontaneidade revolucionária, a desencadear a qualquer momento a guerra das classes: o Sindicato, pela sua forma burocrática, tende a não deixar que a guerra de classes nunca seja desencadeada. As relações entre as duas instituições devem inclinar-se a criar uma situação em que não aconteça que um impulso caprichoso do Conselho determine um passo atrás por parte da classe operária, determine uma derrota da

classe operária, isto é, uma situação em que o Conselho aceite e faça sua a disciplina do Sindicato — e a criar uma situação em que o caráter revolucionário do Conselho tenha um influxo sobre o Sindicato, seja um reagente que dissolva a burocracia e o funcionalismo sindical.

O Conselho gostaria, a qualquer momento, de sair da legalidade industrial: o Conselho é a massa, explorada, tirada, forçada ao trabalho servil, e por isso tende a universalizar toda a revolta, a dar valor e capacidade de decisão a todos os seus atos de poder. O Sindicato, como organização responsável pela legalidade, tende a universalizar e perpetuar a legalidade. As relações entre Sindicato e Conselho devem criar a condição em que a saída da legalidade, a ofensiva da classe operária, aconteça no momento mais oportuno para a classe operária, aconteça quando a classe operária tiver aquele mínimo preparo que se considera indispensável para uma vitória duradoura.

* * *

As relações entre Sindicato e Conselho não podem ser estabelecidas por outra ligação que não seja esta: a maioria ou uma parte respeitável dos eleitores do Conselho são organizados no Sindicato. Qualquer tentativa de ligar as duas instituições por relação de dependência hierárquica não pode conduzir a qualquer outra coisa que não seja o aniquilamento de ambas.

Se a concepção que faz do Conselho um mero instrumento de luta sindical se materializa em uma disciplina burocrática e em uma faculdade de controle direto do Sindicato sobre o Conselho, este se torna estéril como expansão revolucionária, como forma de desenvolvimento real da revolução proletária, que tende espontaneamente a criar novas maneiras de produção e de trabalho, novas maneiras de disciplina, que tende a criar a sociedade comunista. Pelo fato de que o Conselho nasce em dependência da posição que a

classe operária foi adquirindo no campo da produção industrial, e porque o Conselho é uma necessidade histórica da classe operária — a tentativa de subordiná-lo hierarquicamente ao Sindicato determinaria antes ou depois um choque entre as duas instituições. A força do Conselho consiste no fato de que ele adere à consciência da massa operária, é a própria consciência da massa operária que quer se emancipar autonomamente, que quer afirmar a sua liberdade de iniciativa na criação da história: toda a massa participa da vida do Conselho, e sente que significa alguma coisa para essa sua atividade. Um pequeníssimo número de organizados participa da vida do Sindicato; a força verdadeira do Sindicato está neste fato, mas neste fato também está uma fraqueza que não pode ser posta à prova sem riscos gravíssimos.

Se, de outro lado, o Sindicato se apoiasse diretamente sobre os Conselhos, não para dominá-los, mas para tornar-se a forma superior, refletir-se-ia no Sindicato a tendência própria dos Conselhos, de sair a qualquer momento da legalidade industrial, de desencadear a qualquer momento a ação resolutive da guerra de classes. O Sindicato perderia a sua capacidade de contrair compromissos, perderia o seu caráter de força disciplinadora e reguladora das forças impulsivas da classe operária.

Se os organizados estabelecem no Sindicato uma disciplina revolucionária, estabelecem uma disciplina que aparece às massas como uma necessidade para o triunfo da revolução operária e não como uma servidão diante do capital, essa disciplina, indubitavelmente, será aceita e tornada própria pelo Conselho, tornar-se-á a forma natural da ação desenvolvida pelo Conselho. Se a organização do Sindicato se torna um organismo de preparo revolucionário, e como tal se apresenta às massas pela ação que consegue desenvolver, pelos homens que o compoem, pela propaganda que executa, então seu caráter concentrado e absoluto será visto pelas massas como uma força revolucionária maior, como

uma condição a mais (e das mais importantes) para o sucesso da luta sem tréguas.

* * *

Na realidade italiana, o funcionário sindical concede a legalidade industrial como uma constante. Muito freqüentemente ele a defende, de um ponto de vista que é o mesmo do proprietário. Ele vê somente caos e arbítrio em tudo quanto acontece entre a massa operária: ele não universaliza o ato de rebelião do operário à disciplina capitalista como rebelião, mas como materialidade do ato que, em si e por si, pode ser trivial; assim aconteceu que a historieta da "capa do chuva do carregador" tenha tido a mesma difusão e tenha sido interpretada, pela estupidez jornalística, da mesma maneira que a outra sobre a "socialização das mulheres na Rússia". Nestas condições a disciplina sindical não pode ser nada do que um serviço prestado ao capital; nestas condições qualquer tentativa de subordinar o Conselho ao Sindicato não pode ser julgada senão como revolucionária.

Os comunistas, enquanto querem que o ato revolucionário seja, dentro do possível, consciente e responsável, querem que a escolha — desde que possa ser escolhida — do momento de desencadear a ofensiva operária fique para a parte mais consciente e responsável da classe operária, aquela parte que é organizada no Partido Socialista e que participa mais ativamente da vida da organização. Por isso os comunistas não podem querer que o Sindicato perca sua energia disciplinadora e sua concentração sistemática.

Os comunistas, constituindo-se em grupos organizados predominantemente nos Sindicatos e nas fábricas, devem transmitir nos Sindicatos e às fábricas as concepções, as teses, a linha, da Terceira Internacional, devem influenciar a disciplina sindical e determinar os fins, devem influenciar as deliberações dos Conselhos de Fábrica e devem fazer com que os impulsos à rebelião, que derivam da situação que o

capitalismo cria para a classe operária, tornem-se consciência e criação revolucionária. Os comunistas do Partido têm o maior interesse, porque sobre eles pesa a maior responsabilidade histórica, em sueltar, com sua ação incessante, entre as diversas instituições da classe operária, relações de competição e de natural interdependência que vivifiquem a disciplina e a organização com o espírito revolucionário.

APÊNDICE

Controle de Classe

Reproduzimos aqui um artigo de Togliatti, publicado no Ordine Nuovo de 3 de janeiro de 1920.

O revolucionário desconfia, por instinto, dos acordos muito amplos, das adesões não sollicitadas, da humanidade; debaixo disso não pode haver mais do que equívoco, confusão, engano. Cada vez que se venha a constituir, em um determinado momento histórico, em volta de um ponto programático determinado, um bloco indiferente de elementos heterogêneos, compete ao revolucionário executar a função do reagente, provocar a separação, a dissociação, restabelecer as relações reciprocas em sua dura e simples clareza.

Parece que, hoje, quando se fala de Conselhos e de controle, encontram-se muitos acordos equívocos: ao que parece esses dois pontos começam a fazer parte do corpo de reformas que se pede aos demais e que se aceita sem discussão: é necessário, portanto, separar-se claramente de todos aqueles com os quais não se pode ou não se quer concordar. Não se falou nas Assembleias Legislativas, também das bancadas do governo, em conceder aos trabalhadores o direito de participar da administração e dos lucros das empresas, não se acenou abertamente a novas formas de representação profissional? Teremos, portanto, os Conselhos pa-

conhecidos pelo Estado, teremos os parlamentarinhos dos dependentes das empresas públicas, teremos também o controle instituído por decreto real, exercido com o consenso e à sombra da autoridade do Estado? E, o que é pior, aquilo que sobretudo se deve temer, haverá em nossas fileiras quem olhará essas inovações com olhos benévols, e aplaudirá e aconselhará ao proletariado uma atitude de confiança?

É preciso esclarecer muito bem qual é o ponto que deve diferenciar os revolucionários sinceros daqueles que sustentam essas formas equívocas de colaboração: a constituição dos Conselhos tem valor somente se for concebida como o início consciente de um processo revolucionário; o exercício do controle tem significado somente se for um ato, um momento desse processo.

Existe hoje uma forma social, existe uma construção, uma hierarquia que compreende todos os homens. É a forma que a burguesia deu à sociedade, e a burguesia ainda se sustenta porque essa forma inegavelmente conserva um valor. Hoje todos os homens, se querem viver, se não querem morrer de fome e de frio, são obrigados a se acomodar no esquema da sociedade atual, a aderir à construção burguesa, a solocar-se na hierarquia capitalista.

Mas é negável que este valor está diminuindo sensivelmente e tende a desaparecer de fato e na apreciação dos homens. O número daqueles que sentem não poder mais se adaptar à forma social existente torna-se sempre maior. As massas sentem-se rejeitadas pela velha forma associativa porque ela não dá mais garantias suficientes de segurança e de utilidade. Assim, a forma está perdendo sua razão de ser e o seu conteúdo. O patrão da oficina ainda garante trabalho e salário, mas a produção não está mais adequada ao consumo, os intercâmbios não garantem mais mercadorias em quantidade suficiente para satisfazer as necessidades. O Estado, órgão supremo da hierarquia social, diante das condições individuais perdeu qualquer valor, colocou-se completamente fora delas, desde o momento em que, por obje-

vos seus, não desciados e não sentidos pelos indivíduos isolados, pediu o sacrifício dos bens supremos, negou valores que não se pode negar impunemente, desperdiçou as vidas humanas, o mais precioso dos bens, o maior de todos os valores.

Por isso a sociedade hoje não é um mundo, uma construção na qual as atividades individuais se compõem de maneira harmoniosa, e cada um encontra uma satisfação completa em um pleno desenvolvimento da sua pessoa; é um redemonstrar desordenado de átomos desagregados que se atraem, se chocam, se repelem, sem uma lei, sem um propósito, sem uma meta. A lembrança assustadora do passado, a incerteza do presente, a apreensão de um futuro pior, tudo isso impede uma volta ao equilíbrio anterior, à calma, à harmonia.

Em condições semelhantes o processo revolucionário tem início quando nesse movimento começa a se introduzir uma ordem, e os homens, ainda que rejeitando sempre qualquer adesão ao antigo estado de coisas, sentem a necessidade de se dispor em uma nova maneira, de estreitar novas relações de convivência que garantam a permissão para a construção de um edifício social completamente renovado. E eis que, então, abre-se um processo de esvaziamento progressivo das instituições preexistentes: a vontade humana não as sustenta mais, os homens fazem com que surjam novas, e em volta dessas se unem, trabalham, colaboram.

Para os revolucionários trata-se de compreender este processo de geração de um mundo novo, e de favorecê-lo, tornando-o consciente. Trata-se de dar, à nova criatura, consciência sempre mais forte do abismo que a separa do passado, do salto que ela deve executar para entrar na vida com uma sua personalidade plena e ágil, trata-se de acentuar sempre mais as linhas originais dessa personalidade. É preciso, portanto, cortar com mão firme qualquer vínculo que ainda ligue o velho ao novo, lacerar, sem medo dos sofrimentos e do sangue, todo tecido comum: é a única maneira de acelerar o processo criativo, de ajudar a humanidade a

libertar-se rapidamente dos sofrimentos dessa tão grande geração.

Do outro lado, e com programa oposto, estão todos os inimigos, não somente, mas todos os inseguros, todos os tímidos, todos os medrosos. Uns tremem por si, porque vêem desvanecer-se o seu poder, porque sentem vacilar a sua autoridade. Os outros são pessoas que conservam, sob a veste do humanitário e sob a máscara, supunhamos, do demagogo, a pávida mentalidade do pequeno-burguês. A cada choque um pouco mais forte que faça tremer sua mesinha de cabeceira levantam-se apavorados, seguros de ver dentro em breve, submersos no caos, todos os vestígios de civilização; fala-lhes totalmente a confiança nas poderosas forças criativas que a humanidade encerra em seu seio; diante da corrente da história que avança impetuosa e demolidora, não têm a firmeza e a audácia do homem que se atira resolutamente sobre ela, mas se afoba para esconder-se, para levantar barreiras, para dar conselhos, para limitar, para deter, para pôr a salvo, dizem eles, aquilo que é digno de ser salvo, na realidade para apertar com mais força os laços entre o velho e o novo, para comprometer o futuro, para fazer com que o motor não deixe escapar o vivo, mas lhe comunique o seu processo de decomposição e de destruição.

As novas forças que, cheias de coragem e de fé, lançam-se à conquista do mundo, conseqüentemente serão envolvidas a frear o ardor, a recomodar-se nos esquemas antigos, a recolher-se nas velhas construções, a contemporizar, a pedir e receber a investidura do poder dos organismos depositários da autoridade constituída.

O programa típico dos contra-revolucionários, no que se refere à constituição dos Conselhos, consiste em fazer reconhecer estes que são órgãos da sociedade futura, do Estado, órgão supremo da sociedade atual. Isso, foi o que fizeram os majoritários alemães conseguindo, ao que parece, extinguir temporariamente a vitalidade do movimento comunitário espontâneo saído das oficinas, a que se reduz toda forma

de representação assim chamada profissional, posta ao lado dos órgãos representativos da burguesia. O Conselho, que entra direta ou indiretamente na órbita legal do Estado burguês, perde qualquer razão de existir, perde inevitavelmente a visão do último fim, o único que dá uma justificativa ideal aos novos organismos proletários. A organização proletária que perde a consciência de ser, potencialmente, o Estado, de ter em si as origens do próprio poder, a organização proletária que procura fora de si aquela autoridade cujas origens estão no seu próprio seio, pronuncia a própria condenação.

Entre organização burguesa e organização dos trabalhadores não pode haver compromisso: não existe entre elas um poder de dividir, existe um poder a conquistar: as duas autoridades se excluem reciprocamente. A vitória será de quem tiver consciência mais clara da própria força.

No que se refere ao controle sobre a indústria, sobre o comércio, sobre toda a atividade produtiva, o programa contra-revolucionário consiste em dizer que se admite o princípio, em fazer com que ele seja reconhecido pelas autoridades burguesas, e em confiar a aplicação dele aos próprios órgãos da sociedade burguesa, ou a órgãos mistos, que passem a fazer parte da hierarquia estatal. É um caso típico: é o morto que agarra o vivo e se esforça para arrastá-lo consigo ao túmulo.

Seríamos sonhadores e iludidos se acreditássemos que todo o aparato produtor e distribuidor de riquezas que a burguesia criou, com o qual nos governa, possa ser conquistado de um momento para outro, com um momentâneo ato de força. Conquistá-lo não é possível, a não ser tornando-o próprio, conseguindo dominá-lo completamente, infundindo nele a nossa vontade, penetrando-o com um espírito novo. Mas se o organismo burguês parte da fábrica, se lança as suas raízes nas oficinas, nos campos, nos laboratórios, através de uma complicada hierarquia de órgãos e de funções, culmina no Estado. Do vértice à base ele é animado por uma

única vontade, age com um único intuito: acumular riquezas para os possuidores particulares dos meios de produção e de comércio, garantir a uma minoria a liberdade de viver sem trabalhar, de gozar as coisas boas da vida sem suportar o seu peso. O Estado é o fiador supremo desta condição de coisas, é, em maior escala, aquilo que o patrão é na oficina, é o patrão de toda a comunidade, de todos os homens. Acreditar em poder servir-se do Estado para controlar a atividade econômica é pueril, e por baixo deste projeto escondese com dificuldade a intenção de fazer com que a organização revolucionária dos trabalhadores perca a consciência explícita do próprio objetivo.

O controle é o primeiro ato concreto do processo que deve culminar na conquista dos meios de produção e de comércio; é absurdo pensar e querer que no exercício dele os trabalhadores reneguem o motivo que os move e o método de luta que é adequado a ele. O motivo revolucionário reveste com a sua luz todos os atos que são executados para alcançá-lo; subtrair-se, ainda que por um instante, a esta luz, significa cair para sempre na escuridão. A classe não pode jamais renegar a si mesma, e se ela reconhece que o caminho que deve levar a termo é longo, que as etapas ainda são muitas e cansativas, isso é uma razão a mais para fechar-se rigidamente em si, para procurar em uma consciência sempre mais clara de si mesma a força para prosseguir o caminho.

Aceitar hoje o controle da economia burguesa servindo-se do Estado, da sua autoridade e dos seus organismos, para os trabalhadores significaria renunciar subitamente à sua liberdade e independência, passar a fazer parte da grande máquina burocrática burguesa, fazer com que suas forças integras sejam trituradas por ela, comprometer o futuro da sua classe. Isso os trabalhadores não podem querer, porque sabem que esse futuro também é o da humanidade.

É preciso pretender efetuar o controle, é preciso, sem dúvida, dispor-se a efetuí-lo, mas sem afastar-se daqueles que são os lugares naturais das experiências vitais do pro-

letariado: das oficinas, dos campos, dos laboratórios, dos escritórios técnicos e administrativos, de todos os lugares onde uma vontade estranha reúne homens e os força a um trabalho que não lhes dá qualquer lucro. A experiência executada no exercício desta nova função deve enriquecer somente os organismos francamente proletários, os organismos que em todas as suas formas dirigem a luta de classe: os Conselhos, os sindicatos, o Partido Socialista.

Para a classe que se prepara a atacar todos os órgãos da sociedade burguesa, a organizar segundo a sua vontade todas as forças produtoras, a única coisa que pode servir como preparo, como treinamento para a conquista do poder econômico, é um controle de classe. O controle de Estado não pode ser mais do que uma mentira ou um engano, um meio de desviar os trabalhadores da sua posição de espectadores, de críticos da história e do mundo burguês, de artífices e criadores diretos, hoje e amanhã, de uma história, sua e de um mundo seu.

A Opinião dos Industriais sobre os Conselhos de Fábrica

O texto que aqui reproduzimos constitui um trecho da exposição feita por Gino Olivetti, secretário geral da Confindustria em 1920, em uma convenção nacional dos industriais. O texto foi publicado integralmente pelo Ordine Nuovo de 15 de maio de 1920, precedido, porém, de um distico da redação. Nessa nota o relatório de Olivetti era definido assim: "...digno de não pouca atenção, não so-

mente pela precisão com a qual nela estão aferrados e expostos os princípios animadores do movimento pela criação imediata dos Conselhos de Fábrica, mas também porque as opiniões emitidas nele constituíram até agora e constituirão no futuro o programa dos industriais italianos nas lutas que não deixarão de acontecer para os novos organismos".

O movimento para os Conselhos de Fábrica surgiu recentemente em Turim — o exemplo até agora não foi seguido por outras regiões — como transformação das Comissões Internas, às quais os operários atribuem o defeito de não serem suficientes para a quantidade de trabalho que pesa sobre elas, e de serem insuficientes para tutelar os interesses de todas as categorias operárias que trabalham em uma oficina.

Os Conselhos de Fábrica são compostos pelos comitês de seção, nomeados pelos grupos em todas as seções. Nas eleições têm direito a voto todos os proletários da fábrica, intelectuais e manuais, organizados ou não. Os não organizados, porém, não são elegíveis. O Conselho de Fábrica, para a execução das suas deliberações e para tratar com a Direção, nomeia um Comissariado Executivo.

Quais são as funções do Conselho de Fábrica? Segundo o pensamento de seus propugnadores ele deve, através das comissões de seção, fiscalizar a exata aplicação dos contratos de trabalho; cuidar da resolução das controvérsias entre os operários de seção e os representantes da Direção, defender os interesses e os sentimentos pessoais dos trabalhadores contra qualquer abuso de poder, conhecer exatamente o valor do capital comprometido em cada seção, o rendimento de cada seção em relação a todas as despesas, e o momento de rendimento que se pode obter.

A questão parece muito complexa, se da simples compreensão da natureza e do objeto imediato dos novos orga-

nismos chegamos ao exame dos objetivos imediatos ou futuros aos quais eles tendem.

Sempre segundo o pensamento dos propugnadores dos Conselhos de Fábrica, o comissário de seção deve estudar os atuais sistemas de produção e os processos de trabalho, encorajando a crítica ou as propostas de inovação, aptas a facilitar o trabalho acelerando a produção. Deve-se fixar na mente de todos que a *igualdade comunista* poderá ser obtida somente através de uma intensa produção e que o bem-estar não pode vir da desordem da produção ou da *atenuação* da disciplina do trabalho, mas de uma *melhor* e *mais equânime distribuição* das tarefas sociais e dos frutos da própria sociedade, obtida com a obrigatoriedade do trabalho e a *igualdade de pagamento*.

Sempre segundo o pensamento dos propugnadores dos Conselhos de Fábrica, o princípio informador dos próprios Conselhos pode ser resumido nestas três proposições:

1) o Conselho de Fábrica é um organismo original, em relação aos sindicatos, porque nele o operário se considera como produtor, inserido necessariamente no processo técnico do trabalho e no complexo das funções produtivas que são, em um certo sentido, estranhas e independentes da maneira de apropriação privada da riqueza produzida, enquanto no Sindicato o operário é levado continuamente a considerar-se somente como um assalariado e a considerar seu trabalho, não como um momento da produção e como uma fonte de soberania e de poder, mas como uma mera fonte de lucro;

2) portanto, o Conselho pode se considerar como a *célula da sociedade comunista*, fundada sobre a soberania do trabalho e configurada não por territórios linguísticos ou militares, ou religiosos, mas segundo a destinação da produtividade e das tarefas de trabalho, e pode considerar-se o instrumento idôneo para aquela transformação da psicologia e do costume das massas populares, que *determinam um mais rápido advento do comunismo integral*;

3) o Conselho de Fábrica representa a realização histórica das *instituições proletárias pré-revolucionárias programadas no Congresso Socialista de Bolonha*.

Finalmente, o Congresso da Câmara do Trabalho de Turim, realizado no fim do ano passado, aprovou a seguinte ordem do dia: "O Congresso da Câmara do Trabalho de Turim, reconhecido que o Congresso de Bolonha convocou todos os trabalhadores socialistas e comunistas ao dever de iniciar a obra de preparação para a gestão proletária, declarou que o movimento saído espontaneamente das oficinas turinenses demonstrou que a maioria dos operários está profundamente convencida da necessidade de começar o *trabalho concreto pela transformação comunista do organismo produtivo* e afirma que ele é um sinal da maturidade política das massas. Em relação aos princípios que devem ser harmonizados para a constituição dos Conselhos, considera:

a) que os novos organismos (instrumento que a *classe operária forja para adquirir todo o poder social, partindo da fábrica e alastrando-se a todos os ramos da produção*) devem aderir estreitamente e treinar-se no processo de produção e distribuição da riqueza social;

b) que neles a massa de todos os produtores manuais e intelectuais deve encontrar uma forma orgânica e tornar-se um *exercício disciplinado e consciente do seu propósito e dos meios adequados para alcançá-lo*;

c) que essa criação de novos organismos não tende a substituir a autoridade dos organismos existentes, tanto políticos quanto econômicos do proletariado, mas a integrar neles o poder máximo de todos os produtores, organizando todo o povo com o sistema dos Conselhos dos Trabalhadores.

Desta breve exposição conclui-se como o tipo, do qual surgiu e tomou impulso a idéia dos Conselhos Operários, evidentemente foi o Conselho Operário russo. Na Rússia, o Conselho dos Operários foi o meio através do qual foi posta

em ação a revolução, e foi constituído o período de passagem da propriedade privada ao comunismo. Também na Rússia, na realidade dos fatos, nenhuma lei regulou os poderes dos Conselhos que, cada um nos limites da própria competência, agem livremente, eles mesmos formam e ditam a lei, sem serem obrigados a observar qualquer regra.

Ora, evidentemente, sob esse ponto de vista, os Conselhos de Fábrica podem se considerar como organização revolucionária que pode perseverar e viver somente com uma forma social que faça do proletariado a ditadura única, isolada, indiscutida sobre toda a nação, e de toda a propriedade uma coisa que é possuída e exorçada em nome e no interesse da classe ditadora.

Não devemos esconder que o movimento italiano para os Conselhos Operários, especialmente como foi iniciado pelo grupo turinense, baseia-se essencialmente no tipo de movimento russo. Se não fossem suficientes as manifestações deliberativas expostas acima, bastaria para demonstrá-lo o fato de que nas circulares escritas com que se indicam as eleições para os comissários de seção diz-se claramente que os Conselhos Operários devem ser a base da nova sociedade comunista, e os comissários escolhidos entre aqueles que dão garantia não só de prática e de cultura técnica, mas também de suas convicções comunistas.

Portanto, o movimento para os Conselhos dos Operários tem um duplo caráter: de um lado, um imediato e econômico: a defesa dos operários e de seus direitos, diante dos atuais proprietários e diretores das firmas; do outro, um tendencioso e político, a preparação e constituição dos órgãos técnicos sobre os quais dever-se-á erguer a nova sociedade comunista. Substancialmente, enquanto os promotores italianos destes novos organismos se inspiram no conceito informador da Revolução Russa e da construção econômica criada por ela, consideram que um dos motivos por que na Rússia os resultados advindos da Ditadura do Proletariado e da instauração do comunismo que não foram nada bons consistem na falta de preparo do proletariado para o exercício

das funções diretivas, técnicas e econômicas; esses, portanto, também, com a instituição imediata dos Conselhos Operários, a adotar tal inconveniente para o caso de uma revolução italiana, a estabelecer por isso um período de treinamento no futuro exercício de todas as funções técnicas e administrativas industriais. Este é o ponto de partida do movimento italiano e é bom deixar isso claro, também para trazer à luz as suas diferenças em relação ao sistema alemão e ao sistema das Comissões Internas, como foi adorado até agora.

O sistema alemão dos *Betriebsräte*, como é constituído pela recente lei alemã, corresponde, em substância, à organização das Comissões Internas.

Eles não têm — e reconhece-o o próprio *Correspondent*, órgão das federações operárias socialistas — mais do que um poder de representação da aristocracia operária na firma, sem que lhes cabha qualquer função deliberativa que possa influir sobre a sua direção. Ao contrário, a representação, no único ponto em que realmente é eficiente, limita-se a aquilo que mais estreitamente se atém à execução e interpretação dos contratos de trabalho.

O próprio congresso das organizações operárias sociais de Nuremberg reconheceu este ponto e determinou claramente que os *Betriebsräte* não tinham e não podiam ter um direito de decisão porque eles, como representantes da aristocracia operária, estão sempre ligados a tratativas com os industriais, e onde não se pode encontrar um acordo eles não podem decidir, mas somente recorrer à Comissão de Arbitragem de igual para igual; não uma finalidade de arbitragem, pois essa deve estender-se a toda a economia nacional e ser fixada por um ato legislativo, e não pode ser determinada por meio de tentativas feitas pelos Conselhos, cujo campo de ação é limitado a cada empresa isoladamente.

Mas, apesar de essencialmente diferentes, o sistema alemão e o alemão têm um conceito fundamental comum, isto é, de que na economia da produção não é possível uma independência do poder pela qual um se contrapõe ao outro, como na Rússia, no tipo de economia comunista, como na

Alemanha, não existe mais do que uma fonte de autoridade na fábrica: na Rússia essa pertence ao Conselho dos Operários de Fábrica que, mesmo através da falsa aparência de direções técnicas, formalmente independentes, teve de fato no seu início os poderes mais amplos de decidir e mandar, seja nos relacionamentos técnicos, seja nos administrativos e disciplinares, e vê sua autoridade limitada somente pelas ordens dos Conselhos superiores. Na Alemanha o poder, no entanto, pertence à direção da fábrica, nomeada pelos proprietários, e seus poderes estão limitados nos assuntos técnicos e administrativos somente por disposições de lei, mas dentro desses limites autônomos e independentes, e não limitados no relacionamento com a aristocracia operária, se não pelo fato de que, em oposição às decisões da Direção, quando essas não estiverem de acordo com a aristocracia operária, é admitido um recurso perante uma jurisdição arbitral.

Ambos os sistemas não ignoram assim o que é a primeira necessidade de qualquer organização de produção, isto é, a unidade e a unidade de comando e de direção, de maneira que haja na empresa aquela continuidade de endereço e aquela rapidez de decisão que só podem emanar de quem tiver pleno conhecimento de todos os vários aspectos da organização produtiva, sem a qual nenhum regime econômico — indiferentemente de a quem pertença o capital a quem caibam os benefícios — seria tal. Não é possível ignorar esta necessidade, não é possível, sem que se chegue à desorganização de uma empresa, estabelecer que nela existam dois poderes, antitéticos um ao outro, de maneira a romper a unidade necessária na direção; e é por isso que, diante dos dois sistemas, alemão e russo, poder-se-á aceitar um ou outro, de acordo com convicções políticas comunistas ou anticomunistas, mas não se pode concordar com qualquer solução intermediária que divida nas oficinas não as tarefas, mas a autoridade de dirigir entre fontes diferentes de poder.

Disso deriva que, até o momento no qual, por ato de legislação, não seja estabelecido um regime comunista, não é admissível a introdução de Conselhos Operários, que por

tendem exercer na oficina, em contraposição e também só independentemente da direção dessa, um poder próprio, mesmo que seja limitado a alguns pontos determinados. A representação das aristocracias operárias poderá, no relacionamento com a direção, lembrar os direitos dos operários de acordo com as leis e os contratos de trabalho, tutelar e defender esses interesses, solicitar que em caso de divergência sejam eles julgados por um órgão neutro, mas não pode pretender que as suas decisões possam simplesmente ter valor no tempo-se à direção da empresa.

Essa premissa é e deve ser, portanto, o ponto-base, a observação fundamental por meio da qual pode-se somente considerar a instituição dos Conselhos de Fábrica. Não é possível, portanto, que nas oficinas se constitua um organismo que queira e possa agir e decidir fora, e sob um certo império, acima dos órgãos diretivos das fábricas.